

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

YOUNES BERNAUD MAGHOUS

**EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA:**  
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DA DESIGUALDADE EM PAÍSES SELECIONADOS  
(2000-2020)

Porto Alegre

2022

YOUNES BERNAUD MAGHOUS

**EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA:**  
**UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DA DESIGUALDADE EM PAÍSES SELECIONADOS**  
(2000-2020)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador(a): Dr. Ronaldo Herrlein Junior

Porto Alegre

2022

### CIP - Catalogação na Publicação

Maghous, Younes  
Evolução Histórica da Distribuição de Renda: Um  
Estudo Exploratório da Desigualdade em Países  
Selecionados (2000-2020) / Younes Maghous. -- 2022.  
76 f.  
Orientador: Ronaldo Herrlein.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,  
Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Desigualdade de Renda. 2. Distribuição de Renda.  
I. Herrlein, Ronaldo, orient. II. Título.

YOUNES BERNAUD MAGHOUS

**EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA:**  
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DA DESIGUALDADE EM PAÍSES SELECIONADOS  
(2000-2020)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Júnior – UFRGS

---

Prof. Dr. Sergio Marley Modesto Monteiro – UFRGS

---

Prof. Dr. Rober Iturriet Ávila – UFRGS

Porto Alegre

2022

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus amigos e amigas, que me acompanharam por toda a graduação, e trouxeram leveza e alegria nos momentos bons e ruins.

À minha namorada, Isabella, pelo apoio e carinho nos momentos de dificuldade e estresse.

Aos meus pais, Samir e Denise, por todo apoio, motivação, alegria e exemplo.

Ao meu professor orientador, Ronaldo Herrlein Jr, pela dedicação, apoio e toda a disponibilidade para me auxiliar ao longo deste trabalho.

Aos professores da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por todo conhecimento passado, pela curiosidade estimulada, e pela sua dedicação e esforço para adaptar seu modo de ensino durante a pandemia.

Aos servidores e terceirizados que permitem o funcionamento da UFRGS.

Muito obrigado.

## RESUMO

A presente monografia tem o formato de um estudo exploratório, que busca observar os níveis e a trajetória da desigualdade da renda global ao longo do século XXI. Além da distribuição global da renda, foram feitas análises individuais para Brasil, México, Índia, Turquia, África do Sul, Estados Unidos e França. O objetivo é traçar um panorama da evolução da renda dos diferentes grupos sociais, assim como suas disparidades. Também buscou-se identificar possíveis correlações entre o salário mínimo e a distribuição de renda em cada país. Traz-se ainda observações sobre a desigualdade de gênero na renda do trabalho. A necessidade intensiva de dados para a realização deste trabalho foi suprida pela *World Inequality Database (WID)*, que fornece séries de renda históricas para dezenas de países. A escolha dessa base de dados vem como solução para os diversos problemas de mensuração enfrentados ao se comparar a distribuição de renda dentro e entre os países. Os dados foram sintetizados em trinta e três tabelas, com focos nos anos de 2000, 2010 e 2020. Concluiu-se que apesar da desigualdade de renda global ter se atenuado ao longo do último século, o mesmo não é verdade para quase nenhum dos países selecionados nesta monografia.

**Palavras-chave:** Desigualdade de Renda. Distribuição de Renda. Salário Mínimo; Paridade de Poder de Compra. Desigualdade de Gênero. Coeficiente de Gini.

JEL: D31, D63 e N30

## ABSTRACT

This undergraduate thesis has the format of an exploratory study, which seeks to observe the levels and trajectory of global income inequality throughout the 21st century. In addition to the global distribution of income, individual analyses were made for Brazil, Mexico, India, Turkey, South Africa, United States of America and France. The objective is to draw an overview of the evolution of income of different social groups, as well as their disparities. We also sought to identify possible correlations between the minimum wage and income distribution in each country. There are also observations on gender inequality in labor income. The data-intensive need for this thesis was met by the World Inequality Database (WID), which provides historical income series for hundreds of countries. The choice of this database comes as a solution for measurement problems faced when comparing income distribution within and between countries. Data were presented in thirty three tables, focusing on the years 2000, 2010 and 2020. It was concluded that although global income inequality has diminished over the century, the same is not true for almost all the countries selected in this thesis.

**Keywords:** Income Inequality. Income distribution. Minimum wage. Purchasing Power Parity. Gender Inequality. Gini coefficient.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – A Curva de Lorenz<sup>15</sup>

Gráfico 2 – Grupos dos 50% de baixo, 40% do meio e 10% do topo da renda no mundo: 2021<sup>33</sup>

Gráfico 3 – Desigualdade de renda global: desigualdade entre vs dentro dos países (Índice de Theil): 1820-2020<sup>35</sup>

Gráfico 4 – Renda média nas regiões do mundo como % da renda média global: 202<sup>2</sup>Fonte: Chancel *et al.* (2022).<sup>36</sup>

Gráfico 5 – Trajetória da renda média nacional: comparativo entre África do Sul e Brasil no século XXI<sup>52</sup>

Gráfico 6 – Trajetória da variável T10/B50: comparativo entre Turquia, Europa e Oriente Médio no século XXI<sup>58</sup>



## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Distribuição de renda em duas economias16
- Tabela 2 – Participação na renda no Brasil: 201522
- Tabela 3 – Distribuição da renda global: 202037
- Tabela 4 – Distribuição da renda global: 201037
- Tabela 5 – Distribuição da renda global: 200037
- Tabela 6 – Distribuição da renda no Brasil: 202040
- Tabela 7 – Distribuição da renda no Brasil: 201041
- Tabela 8 – Distribuição da renda no Brasil: 200041
- Tabela 9 – Salário mínimo e renda média no Brasil42
- Tabela 10 – Distribuição da renda na Índia: 201845
- Tabela 11 – Distribuição da renda na Índia: 201045
- Tabela 12 – Distribuição da renda na Índia: 200046
- Tabela 13 – Salário mínimo e renda média na Índia47
- Tabela 14 – Distribuição da renda no México: 202048
- Tabela 15 – Distribuição da renda no México: 201049
- Tabela 16 – Distribuição da renda no México: 200049
- Tabela 17 – Salário mínimo e renda média no México50
- Tabela 18 – Distribuição da renda na África do Sul: 202053
- Tabela 19 – Distribuição da renda na África do Sul: 201053
- Tabela 20 – Distribuição da renda na África do Sul: 200054
- Tabela 21 – Salário mínimo e renda média na África do Sul55
- Tabela 22 – Distribuição da renda na Turquia: 202056
- Tabela 23 – Distribuição da renda na Turquia: 201057
- Tabela 24 – Distribuição da renda na Turquia: 200057
- Tabela 25 – Salário mínimo e renda média na Turquia59
- Tabela 26 – Distribuição da renda nos Estados Unidos: 202061
- Tabela 27 – Distribuição da renda nos Estados Unidos: 201061
- Tabela 28 – Distribuição da renda nos Estados Unidos: 200061
- Tabela 29 – Salário mínimo e renda média nos Estados Unidos63

Tabela 30 – Distribuição da renda na França: 202064

Tabela 31 – Distribuição da renda na França: 201064

Tabela 32 – Distribuição da renda na França: 200065

Tabela 33 – Salário Mínimo e renda média na França66

## LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

DINA	Distributional National Accounts
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPC	Índice De Preços Ao Consumidor
MENA	Midde east and North Africa
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econmico
PIB	Produto Interno Bruto
PPC	Paridade de Poder de Compra
SNA	System of National Accounts
WID	World Inequality Database
WIL	World Inequality Lab

## **SUMÁRIO**

### **1 INTRODUÇÃO12**

### **2. CONCEITUAÇÃO E MENSURAÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA14**

#### 2.1 CONCEITO DE DESIGUALDADE14

#### 2.2 GINI E SUAS LIMITAÇÕES14

#### 2.3 LIMITES E DIFICULDADES NA MENSURAÇÃO DOS NÍVEIS DE DESIGUALDADE18

#### 2.4 DINA: CONCEITOS E VARIÁVEIS22

#### 2.5 SUPERANDO AS LIMITAÇÕES NOS DADOS DISPONÍVEIS27

#### 2.6 APRESENTAÇÃO DOS DADOS30

### **3. RENDA: SITUAÇÃO E TRAJETÓRIA DA DISTRIBUIÇÃO GLOBAL32**

#### 3.1 SITUAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS DESIGUALDADES GLOBAIS DE RENDA32

#### 3.2 EVOLUÇÃO DAS DESIGUALDADES NOS PAÍSES SELECIONADOS39

##### 3.2.1 Brasil39

##### 3.2.2 Índia44

##### 3.2.3 México48

##### 3.2.4 África do Sul51

##### 3.2.5 Turquia56

##### 3.2.5 Estados Unidos60

##### 3.2.6 França63

### **4 CONCLUSÃO68**

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS70**

## 1 INTRODUÇÃO

A desigualdade é um fenômeno global que suscita calorosas discussões morais a seu respeito. Toda sociedade desigual cria uma ideologia para justificar a desigualdade: isso permite que os ricos adormeçam em suas casas enquanto os sem-teto congelam do lado de fora (PIKETTY, 2019). O estudo da desigualdade global é uma prática relativamente recente, cada vez mais necessária, quanto mais globalizado torna-se o mundo, e especialmente a economia e os mercados. A necessidade existe, pois apesar de anualmente haver a divulgação de dados de quase todos os países sobre o crescimento do PIB e da renda, a forma que esse crescimento é distribuído é algo muito menos divulgado. Faltam informações básicas sobre desigualdade. A distribuição do crescimento econômico e da renda impacta diretamente o funcionamento de uma economia e a vida de sua população, explicitando quem ganha e quem perde com as políticas econômicas. Assim, a divulgação desses dados assume papel importante para o funcionamento da democracia e a busca de uma economia democrática, sendo a transparência e livre acesso a dados confiáveis de desigualdade um bem público global (CHANCEL *et al.*, 2021).

Já que a discussão moral não vem ao caso e a teoria econômica não reconhece algum nível “ideal” de desigualdade, resta à sociedade e às instituições debaterem e decidirem as estratégias e políticas que direcionam (ou não) a distribuição da renda e da riqueza produzida. O que é imprescindível para o debate público democrático e de qualidade é a existência de dados claros, acessíveis e confiáveis sobre os níveis de desigualdade dentro dos e entre os países.

Desde o século XIX, alguns economistas como Thomas Malthus, David Ricardo e Karl Marx colocavam o tema da distribuição de renda no centro do estudo da economia política. A escassez de fontes de dados necessárias para uma maior evidência empírica de seus estudos, porém, limitava suas abordagens a um cunho mais teórico. A partir da metade do século XX, economistas desenvolveram abordagens que misturavam teoria com o uso mais intensivo de dados e evidências históricas, notavelmente os trabalhos realizados por Simon Kuznets em 1953 e Anthony Atkinson em 1978 (PIKETTY, 2015). Em 2014, Thomas Piketty publicou “O Capital no Século XXI”, trabalho mais completo até então sobre a evolução da distribuição de renda e riqueza, no qual faz uma análise histórica de 20 países ao longo de três séculos, analisando como os processos econômicos, políticos e sociais influenciaram na evolução dos níveis de desigualdade

econômica. Ainda assim, Piketty afirma ao publicar seu livro que mesmo havendo muito mais dados que antes, ainda não eram o suficiente para trazer conclusões definitivas e generalizações.

A mensuração dos níveis de desigualdade no mundo é até hoje uma tarefa complexa e desafiadora. Diferenças na conceituação e dificuldades na coleta dos dados de riqueza e renda são dois dos principais obstáculos no caminho para entender melhor o conflito distributivo internacional e intranacional. Ambos aspectos serão abordados no presente trabalho, cujo objetivo central é realizar um estudo exploratório sobre dados de desigualdade de renda e riqueza, majoritariamente aqueles obtidos pela *World Inequality Database* (WID) nos últimos anos. Assim, propõe-se contribuir para um melhor entendimento dos níveis de desigualdade globais e suas trajetórias, especialmente para o século XXI, período ainda pouco estudado.

A estrutura do trabalho conta com dois capítulos, junto com a introdução e a conclusão. No primeiro capítulo serão abordados os problemas e dificuldades de mensuração da desigualdade, especialmente do uso do índice de Gini como padrão de medida. Ainda serão evidenciados os conceitos e variáveis a serem utilizados nas análises no capítulo seguinte, em consonância com aqueles utilizados pelo *World Inequality Lab* (WIL). O segundo capítulo irá iniciar com a apresentação dos níveis de desigualdade globais, e sua trajetória no século XXI. Depois serão apresentados dados macroeconômicos (Produto Interno Bruto, Índice de Desenvolvimento Humano, entre outros) e distributivos de cada país pesquisado (Brasil, México, Índia, Turquia, África do Sul, EUA e França), e a sua evolução em três anos chaves: 2000, 2010 e 2020. Depois serão comparadas as trajetórias dos níveis de desigualdade de renda desses países, e irá se verificar possíveis conclusões obtidas com essas observações. O países foram escolhidos afim de expor uma variedade de economias emergentes com altos níveis de desigualdade, além de Estados Unidos e França como exemplos de economias de alta renda e distribuições de renda distintas uma da outra. A disponibilidade de dados também foi um fator relevante ao se escolher os países. O período foi escolhidos por ser o mais recente. Os dados disponíveis vão até o ano de 2020, 2000 é o primeiro ano do período e 2010 é outro ano chave por estar simetricamente entre esses dois anos.

## 2. CONCEITUAÇÃO E MENSURAÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA

### 2.1 CONCEITO DE DESIGUALDADE

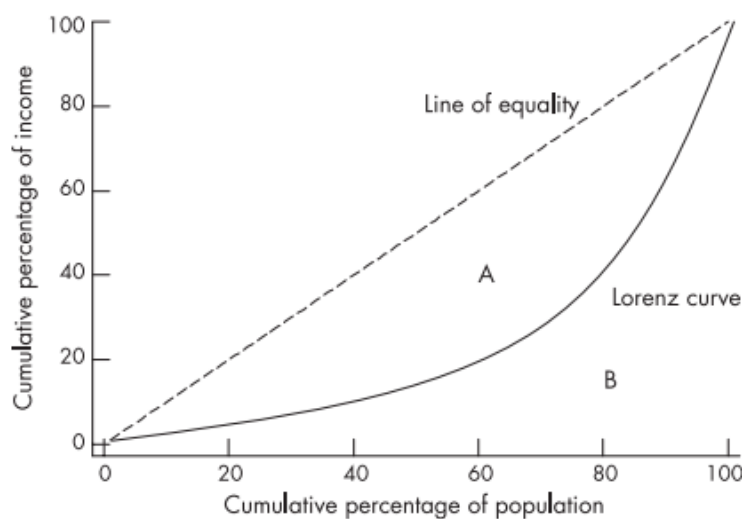
O conceito de desigualdade econômica pode ser subjetivo de acordo com a interpretação que o sujeito da investigação se propõe a fazer, já que posições intelectuais e ideológicas podem levar o conceito para diferentes direções. Essas direções vão determinar o grau aceitável, a importância da desigualdade e as políticas para combatê-la. Importante ressaltarmos também que a desigualdade econômica possui vários componentes. A desigualdade de renda ou de riqueza é algo que avalia a desigualdade de resultados, enquanto uma alternativa é avaliar a desigualdade de possibilidades, algo que o economista indiano Amartya Sen destaca ao falar de “capacidades”. Essas alternativas na verdade se complementam e compõem a desigualdade econômica, já que uma pode ser causa da outra e se retroalimentam. Por exemplo, se um indivíduo talentoso não pode se dar ao luxo de ir para a universidade porque é pobre (desigualdade de oportunidades), é provável que tenha um nível de renda mais baixo (desigualdade de resultados) em seu ciclo de vida (BELLÙ; LIBERATI, 2006).

A forma que a renda de uma economia é dividida entre sua população nos indica a distribuição da renda. A desigualdade deriva, então, de como a distribuição dessa renda desvia de um parâmetro pressuposto (BELLÙ; LIBERATI, 2006). Se considerarmos uma economia onde os 10% mais ricos capturam 10% da renda total e os 50% mais pobres capturam metade da renda total (por consequência os 40% do meio capturaram 40% da renda total), então haveria igualdade total de renda. Um exemplo contrário seria em que apenas um indivíduo capturou 100% da renda e o resto da população 0%, caracterizando um cenário de desigualdade total (máxima). Ambos os exemplos são hipotéticos, mas o parâmetro que usaremos para indicar desigualdade é quando a distribuição de renda desviar do conceito de igualdade total. Nossa abordagem será principalmente descritiva, sem a presunção de apontar um nível ideal de desigualdade a ser almejado pela sociedade, já que é algo muito subjetivo e objeto de controvérsia. Nosso foco está em descrever os níveis de desigualdade de renda e sua evolução, expondo de forma clara e de fácil compreensão.

### 2.2 GINI E SUAS LIMITAÇÕES

Ao falarmos sobre a mensuração da desigualdade de renda, o primeiro método que vem à mente para a grande maioria dos economistas é o de Gini. O coeficiente de Gini é definido matematicamente com base na Curva de Lorenz. A Curva de Lorenz foi desenvolvida por Max O. Lorenz em 1905 para representar a desigualdade da distribuição de riqueza em uma população. Ela é traçada graficamente como uma linha que mostra a proporção da renda ou riqueza geral possuída pelos x% mais pobres da população. Considera-se a porcentagem acumulada de pessoas no eixo “x”, ordenadas de acordo com seu nível de renda, e a porcentagem acumulada de renda no eixo “y”. Pontos na Curva de Lorenz demonstram, por exemplo, que os 20% dos indivíduos mais pobres recebem y% da renda total de uma economia. O coeficiente de Gini é derivado obtendo-se o tamanho da área entre a curva de Lorenz e a “linha de igualdade” de 45° dividida pela área total sob a linha de igualdade de 45°. Na figura abaixo, ela é representada como área A dividida pela área A+B:

**Gráfico 1 – A Curva de Lorenz**



**Figure 1** The Lorenz curve framework (hypothetical data).

Fonte: De Maio (2007).

O coeficiente de Gini ( $A / (A + B)$ ) é normalmente apresentado como um valor entre 0 e 1. Um coeficiente de 0 reflete uma sociedade perfeitamente igual em que toda a renda é igualmente compartilhada, e neste caso a curva de Lorenz estaria sobreposta à linha de igualdade. Quanto mais a curva de Lorenz se desvia da linha de igualdade, maior será o valor resultante do coeficiente de



Gini, assim um coeficiente de 1 representa uma sociedade perfeitamente desigual em que toda a renda é obtida por um indivíduo.

A vantagem do uso desse método na mensuração da desigualdade é que ele pode ser usado para gerar uma única estatística resumida da distribuição de renda. A simplicidade da expressão de seu resultado facilita seu uso comparativo, porém seu uso deve ser muito cuidadoso ao simplificar mensurações tão complexas. O problema do uso exclusivo do índice de Gini na medição na desigualdade é que economias com coeficientes de Gini semelhantes podem ter distribuições de renda muito diferentes. Isso ocorre, pois, as curvas de Lorenz reais dos países podem se cruzar de tal forma que a área antes da interseção e a área após a interseção têm o mesmo valor, obtendo assim índices de Gini de valores iguais ou muito semelhantes, apesar de possuírem distribuições de renda muito diferentes. Tal possibilidade está exemplificada na tabela a seguir:

**Tabela 1 – Distribuição de renda em duas economias**

Grupo de Indivíduos	Distribuição de renda X	Distribuição de renda Y
1	\$2000	\$900
2	\$3000	\$4000
3	\$4000	\$4800
4	\$5000	\$4800
5	\$6000	\$5500
Renda Total	\$2000	\$2000
Gini	0,200	0,200

Fonte: Elaborada pelo autor com base no exemplo numérico de Bellù e Liberati (2006).

A tabela acima mostra a distribuição de renda de 2 economias, divididas em 5 grupos com o mesmo número de indivíduos. Esses indivíduos são ordenados de acordo com seu nível de renda. A coluna “Distribuição de renda X” informa a renda média de cada grupo de indivíduos na economia X, assim como a “Distribuição de renda Y” informa a renda média de cada grupo da economia Y. Em nosso exemplo, ambas as economias possuem um coeficiente de Gini de 0,2, porém com distribuições muito diferentes. Na distribuição X a renda média do grupo mais rico é

três vezes maior que do grupo mais pobre, enquanto na distribuição Y o grupo mais rico possui renda cerca de seis vezes maior. Além disso, os grupos 2, 3 e 4 na economia Y possuem renda média muito mais próxima do que os grupos 2, 3 e 4 da economia X. Apesar da raridade da ocorrência desse evento, existe um exemplo prático que se aproxima muito disso: Bangladesh e Países Baixos tiveram um coeficiente de Gini de renda de 0,31 em 2010 (KLUGMAN, 2010). Junto com essa limitação, pesquisadores que trabalham com o coeficiente de Gini precisam estar atentos que este é mais sensível às desigualdades na parte média do espectro de renda. Assim, classificar a desigualdade de renda entre duas populações diferentes com base em seus coeficientes de Gini pode ser enganoso e às vezes impossível (DE MAIO, 2007).

Esse é um dos motivos pelos quais os economistas do *World Inequality Lab* (WIL) priorizam outros indicadores ao uso do Índice de Gini em seus trabalhos. Digamos, por exemplo, que um país experimentou simultaneamente uma redução da pobreza, um aumento da renda dos mais ricos e um encolhimento da classe média. Essas evoluções têm efeitos contraditórios sobre a maioria dos indicadores sintéticos de desigualdade. Para um determinado indicador, eles podem se cancelar, dando a impressão de que a distribuição subjacente não mudou, quando na verdade mudou. Há, de fato, três histórias acontecendo ao mesmo tempo. O objetivo deveria ser estudá-los separadamente, não fazer uma média deles (BLANCHET, 2021, p. 31).

Assim, o WIL faz uso, em especial, da divisão de uma população e do cálculo da parcela da renda total apropriada por grupos diferentes da população. Tal separação da população é feita em decis e percentis de acordo com o seu nível de renda, especialmente o grupo dos 10% mais ricos, dos 50% mais pobres e os 40% “do meio” da população. A proporção de renda detida pelos decis mais pobres ou mais ricos da população é uma das medidas mais intuitivas de desigualdade de renda, sendo muito semelhante à estruturação no gráfico da curva de Lorenz. Um indicador interessante para expor essa relação é com a razão entre a renda média recebida pelos 10% mais ricos e aquela recebida pelos 50% mais pobres (T10/B50). Esse método possui um forte atrativo como medida de desigualdade de renda devido ao seu aspecto intuitivo, o que o torna mais didático e compreensivo para audiências não familiarizadas com conceitos econômicos (DE MAIO, 2007). Dado o motivo autodeclarado do WIL de divulgar dados que sejam acessíveis a todos os agentes no debate democrático, De Maio (2007) considera ser uma boa escolha por parte desses economistas.

Adicionalmente ao caso visto anteriormente, vamos analisar a desigualdade de renda dos adultos de Bangladesh e Países Baixos no ano de 2010 utilizando o método preferido pelo WIL. Naquele ano, em Bangladesh os adultos do decil mais rico receberam 44% da renda total do país, contra apenas 16% da metade mais pobre. Isso resultou em uma relação  $T10/B50 = 14$  (a renda média do decil mais rico foi de 14 vezes a renda média da metade mais pobre). Nos Países Baixos, o decil mais rico recebeu 29% da renda total do país, contra 23% da metade mais pobre. Isso resulta em um  $T10/B50 = 6$ , ou seja, a renda média de um indivíduo do decil mais rico equivale a seis vezes a renda média de um indivíduo da metade mais pobre da população. O  $T10/B50$  em Bangladesh foi mais que o dobro que o dos Países Baixos naquele ano, e ainda assim os dois países obtiveram o mesmo coeficiente de Gini.

Outro exemplo da divergência de resultados é ao analisar os níveis de pico da desigualdade global usando coeficiente de Gini e a relação  $T10/B50$ . Com efeito, o Gini global aumentou de 0,60 em 1820 para 0,72 em 1910, chegando a seu pico novamente de 0,72 em 2000. No século XXI houve tendência de queda até chegar a 0,67 em 2020. Observe que o pico da desigualdade global foi atingido em 2000 de acordo com o coeficiente de Gini, enquanto foi alcançado em 1980 (em nível não muito distante do ano 2000, é verdade) de acordo com a relação  $T10/B50$ . Ainda assim, seja qual for o indicador consultado, um pico de desigualdade global ocorreu duas vezes, primeiro por volta de 1910 e depois em 1980-2000, e a maior parte do declínio da desigualdade global ocorreu após a crise financeira de 2008. Em todos os casos, os indicadores globais indicam níveis de desigualdade muito altos em 2020, próximo aos observados por volta de 1900-1910, e substancialmente maiores do que os observados em 1820 (CHANCEL *et al.*, 2022).

### 2.3 LIMITES E DIFICULDADES NA MENSURAÇÃO DOS NÍVEIS DE DESIGUALDADE

Além da escolha da variável utilizada na comparação da distribuição da renda, a diferença na metodologia para o cálculo e a estimação da renda dos indivíduos nos países é relevante. Existem muitos desafios ao se criar uma base de dados sobre a distribuição de renda global. Primeiro, a falta de dados em muitos países cria uma lacuna na distribuição da renda global, além de enviesar os resultados da pesquisa. Isso pois a falta de pesquisas a domicílio e divulgação de dados nacionais sobre renda e desigualdade não são um fator aleatório. São casos de países como Afeganistão, Sudão, Congo, Somália e Eritreia, extremamente pobres ou vulneráveis, o que reflete

na substancialmente menor cobertura populacional e de renda na África e em outros locais (MILANOVIC, 2013). Se não estão presentes os extremos mais pobres, a desigualdade global calculada pelos pesquisadores é fortemente enviesada para níveis menores que os reais. Outro fator que subestima os níveis de desigualdade global (assim como a desigualdade interna de um país) é a consideração da renda obtida em função da quantidade de horas trabalhadas. Se observamos a renda obtida por hora de trabalho, a lacuna entre países ricos e pobres seria ainda maior, já que quem vive em países da África Sub-Sahariana e do Sudeste Asiático trabalha em média 30% de horas a mais que europeus e norte-americanos. A região estudada também traz diferentes tradições e legislações trabalhistas, a exemplo dos norte-americanos que anualmente trabalham mais horas do que os europeus. Devido a isso, a diferença entre a renda-hora de um europeu e de um norte-americano é de 30% em relação à renda total (CHANCEL *et al.*, 2021). No entanto, ao compararmos sua renda anual não veríamos tal diferença.

Esse efeito também se reflete ao compararmos rendas de indivíduos dentro do mesmo país: quanto mais pobre e marginalizado for o indivíduo, mais horas ele tende a trabalhar. Trabalho informal, menores condições de negociação, piores condições trabalhistas, necessidade de trabalhar horas extras para complementar a renda, entre outros motivos fazem suas jornadas de trabalho serem mais longas. Assim, a diferença entre a renda-hora dos mais ricos e dos mais pobres é maior que a diferença da renda total desses grupos. Esses exemplos demonstram a limitação de usar apenas a renda total de cada indivíduo em análises de desigualdade:

Esta é a primeira nota de cautela: a renda é um poderoso indicador econômico do padrão de vida, mas deve ser complementado por outros indicadores (tempo de trabalho, qualidade dos serviços públicos e infraestrutura, qualidade dos direitos cívicos e humanos, qualidade ambiental, etc.) para que sejam uma boa representação das desigualdades nos padrões de vida entre os países. Não existe um indicador perfeito para medir a desigualdade entre nações e indivíduos ao redor do mundo. (CHANCEL *et al.*, 2021, p. 28, tradução livre)<sup>1</sup>.

Outra dificuldade está nas diferenças nos conceitos e definições das contas nacionais ao redor do mundo. As diferenças de moedas e níveis de preços ao redor do mundo são outro fator a

---

<sup>1</sup> *This is the first note of caution: incomes are a powerful economic indicator of living standards, but must be complemented by other indicators (time spent at work, quality of public services and infrastructure, quality of civic and human rights, environmental quality, etc.) if they are to be a good representation of inequalities in living standards between countries. There is no silver bullet indicator for measuring inequality across nations and individuals across the world. (CHANCEL et al., 2021, p. 28).*

considerar. Uma maneira de comparar a desigualdade entre a renda dos indivíduos de diferentes países adaptando sua renda para sua realidade local é usando a Paridade do Poder de Compra (PPC). O PPC é medido ao se inflacionar ou deflacionar as rendas recebidas em um determinado país pelo custo dos bens e serviços nesse país em relação ao de outros. Por exemplo: a habitação é relativamente barata na Índia em comparação com a França, mas o vinho tinto é relativamente menos caro na França do que na Índia. Assim, para comparar adequadamente os custos de vida do mundo, precisamos de informações sobre ambos os preços relativos de bens e serviços (por exemplo, vinho e habitação), e o volume relativo de cada bem e serviço no consumo das cestas das pessoas em cada país (CHANCEL *et al.*, 2021). Sem adequar a renda recebida de acordo com os custos locais dos bens, e usando taxas de câmbio de mercado para comparar as rendas, se obteria níveis ainda maiores de desigualdade. O uso de taxas de câmbio é mais preciso ao se medir rendas que podem ser despendidas em qualquer parte do mundo, como a de bilionários ou de imigrantes que enviem parte de suas rendas para seu país de origem. Devido a esses fatores, o *World Inequality Lab* traz em seu último relatório uma metodologia que frequentemente utiliza PPC ao medir comparações de renda, enquanto usa uma combinação de PPC e taxas de câmbio de mercado ao medir níveis de riqueza (CHANCEL *et al.*, 2021).

Além das dificuldades de comparação entre os países, existe um grande problema na maioria dos estudos de distribuição de renda e desigualdade: o uso exclusivo de pesquisas domiciliares. O grande problema desse tipo de pesquisas é que elas geralmente dependem inteiramente de informações autodeclaradas sobre a renda e riqueza do domicílio. Em pesquisas domiciliares ao redor do mundo (o que inclui países de centro e países periféricos) ocorre o fenômeno "*Missing Rich Problem*", em que as parcelas mais ricas da população ou não respondem ou trazem dados que subestimam sua renda, seja propositalmente ou por engano (LUSTIG, 2019). A consequência disso é a sub-representação dos mais ricos na distribuição da renda, e assim uma menor desigualdade aparente. Segundo Morgan (2018), no caso do Brasil de 2015, a parcela da renda nacional dos 1% mais ricos era de 22,5% considerando a renda fiscal, e apenas 10,2% considerando a renda declarada em pesquisa auto declarativa (*apud* LUSTIG, 2019, p.5). Então, outro problema das pesquisas domiciliares declarativas está na subnotificação de parte da renda, que traz assim uma discrepância entre a renda declarada e a renda nacional agregada. Isso também contribui para inconsistências entre o crescimento macroeconômico (computado nas contas

nacionais) e o crescimento da renda familiar, especialmente aquele observado nas pesquisas domiciliares da população não rica (CHANCEL *et al.*, 2021).

A qualidade de um trabalho empírico sobre desigualdade depende então de se é usado algum método de correção e qual esse método. A abordagem usada na literatura até os trabalhos de Milanovic (2012) e do *World Inequality Lab* consistia em distribuir a diferença entre a renda observada nas contas nacionais e aquela das pesquisas uniformemente entre os grupos de renda. Milanovic (2012) usa como alternativa a distribuição total dessa lacuna apenas para os 10% dos maiores beneficiários individuais, em coerência com o entendimento que a renda subnotificada é principalmente oriunda do “*Missing Rich Problem*”. Fazendo isso e com os maiores rendimentos seguindo uma distribuição de Pareto, Milanovic retornou estimativas do coeficiente de Gini global que são cerca de cinco pontos percentuais mais altos que os estimados sem a correção da lacuna. Essa medida de Milanovic é paliativa, já que não traz uma forma sistemática de obter dados nacionais coerentes com os dados das contas nacionais, e o autor continua valendo-se, em trabalhos posteriores, de bases de dados que consistem quase inteiramente de dados derivados de pesquisa domiciliar.

A abordagem dos pesquisadores da *World Inequality Database* (WID) para o problema foi a criação do projeto *Distributional National Accounts* (DINA). O projeto visa obter taxas de crescimento da renda e da riqueza de diferentes grupos da população global em concomitância com a publicação de estatísticas de crescimento dos governos a cada ano. As diretrizes do DINA fornecem uma série de regras e métodos sistemáticos para criar estimativas comparáveis entre si, combinando dados de diferentes fontes: fiscais, pesquisas domiciliares, dados sobre riqueza e contas nacionais. Isso permite identificar de forma mais próxima da realidade como se encontra distribuída a totalidade da renda nacional de um país. Um exemplo é a comparação das parcelas de renda apropriadas no Brasil em 2015 feita por Marc Morgan em trabalho para a WID em 2017. A primeira coluna da tabela 2 mostra a distribuição de renda usando séries de dados brutas vindas de pesquisas domiciliares. A segunda adiciona na série dados fiscais, enquanto a última coluna adiciona às pesquisas domiciliares os dados fiscais e de contabilidade nacional na série (MORGAN, 2017). A última linha da tabela indica a porcentagem da renda nacional que é identificada por cada tipo de série de dados.

**Tabela 2 – Participação na renda no Brasil: 2015**

Grupos de renda (distribuição da renda pré-impostos por adulto)	Séries de pesquisa de renda (dados de pesquisa)	Séries de renda fiscais (dados de pesquisa + dados tributários)	Séries de renda nacional (dados de pesquisa + dados tributários + contas nacionais)
50% da base	16,0%	12,6%	13,9%
40% do meio	43,6%	34,3%	30,6%
10% do topo	40,4%	53,1%	55,6%
<i>incl. 1% do topo</i>	10,7%	23,6%	28,3%
<i>incl. 0,1% do topo</i>	2,2%	10,9%	13,7%
<i>incl. 0,01% do topo</i>	0,4%	5,4%	6,5%
<i>incl. 0,001% do topo</i>	0,1%	2,5%	3,1%
<b>Total (% da renda nacional)</b>	<b>57,5%</b>	<b>72,9%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de Morgan (2017).

Observa-se que pelo método da WID se consegue alocar 100% da renda nacional entre os diferentes grupos de renda, enquanto as pesquisas nacionais têm declarações de apenas 57% da renda total. Assim, os diferentes métodos assinalam imagens muito diferentes dos níveis de desigualdade, e a diferença se acentua ainda mais quando nos aproximamos do topo da distribuição. Assim, com a DINA superam-se parte dos citados problemas de mensuração e comparação. O próximo subcapítulo é baseado na última publicação da DINA, e visa explicar os principais conceitos utilizados pela WID, assim como sua motivação.

## 2.4 DINA: CONCEITOS E VARIÁVEIS

A vasta maioria dos dados usados neste trabalho serão provenientes da *World Inequality Database* (WID), base de dados criada e mantida pelo *World Inequality Lab* (WIL). O projeto da WID teve seu pontapé inicial com os trabalhos de Thomas Piketty e Emmanuel Saez no início dos anos 2000, ao usarem registros fiscais para se aprofundarem sobre o comportamento histórico das maiores rendas nos Estados Unidos e na França desde o início do século XX. O WIL é atualmente localizado na *Paris School of Economics*, mas é um projeto descentralizado que conta com o trabalho de centenas de economistas ao redor do globo. Em 2016 o laboratório publicou a primeira versão do *Distributional National Accounts* (DINA), um guia que sistematiza os conceitos e as estimativas usadas pelo WIL de forma a serem compatíveis ao longo do tempo e dos diferentes países.

O objetivo é fornecer estimativas de distribuição de renda e riqueza que sejam harmonizadas ao longo do tempo e entre países, que sejam consistentes com os agregados macroeconômicos produzidos pelos institutos nacionais de estatística, e que possam, portanto, ser vistas como uma extensão distributiva do sistema internacional existente, o *System of National Accounts (SNA)*. (BLANCHET, 2021, p. 11, tradução livre)<sup>2</sup>

A WID busca, através da DINA, alcançar uma cobertura universal, desenvolvendo padrões metodológicos para lidar com países com dados limitados. Assim, o WID complementa dados fiscais com dados obtidos nas pesquisas domiciliares nacionais, fornecendo dados abrangentes sobre a distribuição de renda antes de impostos, renda após-impostos e riqueza, além de uma detalhada decomposição dos agregados macroeconômicos de renda e riqueza (BLANCHET, 2021). Esse trabalho requer um nível alto de organização e padronização dos dados, com conceitos claros e bem definidos para cada unidade de observação, índices de preços, fatores de conversão de moeda e indicadores utilizados. Aqui, iremos expor apenas aqueles conceitos utilizados no presente trabalho, cujo foco está na distribuição de renda. As duas principais questões a abordar são: dividir a renda entre a população total ou apenas a população adulta e como dividir a renda recebida por um casal ou um domicílio.

A definição de domicílio aqui utilizada segue o *System of National Accounts (SNA)*, que é o padrão internacionalmente acordado de recomendações sobre como compilar medidas de atividade econômica de acordo com convenções contábeis. Esta define um domicílio como um pequeno grupo de pessoas que partilham o mesmo alojamento, que juntam alguns ou todos os seus rendimentos e riquezas e que consomem coletivamente certos tipos de bens e serviços, principalmente habitação e alimentação. Pesquisas domiciliares geralmente excluem de sua amostragem pessoas que vivem por longos períodos de tempo em instalações coletivas como hospitais, asilos, acomodações estudantis, conventos e prisões. A DINA se esforça para incluí-los na sua amostragem, pois apesar de serem uma parcela pequena da população total, eles estão principalmente concentrados na parcela mais pobre da população.

---

<sup>2</sup> *The goal is to provide estimates of the distribution of income and wealth that are harmonized over time and across countries, that are consistent with the macroeconomic aggregates produced by national statistical institutes, and that can therefore be viewed as a distributional extension of the existing international System of National Accounts (SNA).* (BLANCHET, 2021, p. 11).



Dentro da população total, a DINA considera a subpopulação de adultos para aqueles com vinte anos de idade ou mais. Tal divisão é dada já que os adultos são os principais geradores de renda, e assim definimos a renda obtida “por adulto”, diferenciando da renda obtida pela população total (“per capita”).

Em geral, a renda média por adulto segue um caminho semelhante ao da renda média per capita, mas há exceções. Em países que passaram recentemente por uma severa transição demográfica (por exemplo, o México), as tendências são marcadamente diferentes. A renda per capita é uma medida melhor de quanto os indivíduos podem consumir, enquanto a renda por adulto é uma medida melhor de quanto eles recebem. Nosso objetivo principal é medir o último, mas ambos os conceitos são complementares. (BLANCHET, 2021, p. 11, tradução livre)<sup>3</sup>.

As séries de dados utilizadas no presente trabalho são principalmente aquelas chamadas de “*equal-split adults*”. Nas análises por países apenas esse tipo de série é utilizado. A razão é que essas séries geralmente demandam menos manipulação de dados, especialmente em países cuja tributação é preenchida em conjunto pelo casal. Nesse tipo de série, a renda recebida pelo adulto é dividida entre o casal (divisão estreita), ou entre o domicílio inteiro (divisão abrangente). Em países cujos domicílios têm maior coabitação multigeracional essa decisão é mais relevante, já que a divisão abrangente expõe menor desigualdade, impactando especialmente na parte inferior da distribuição de renda. Enquanto isso, em países com famílias mais nucleares o impacto é menor. Em questão de disponibilidade de dados, a divisão estreita é mais facilmente obtida através de dados fiscais, enquanto a divisão abrangente é mais facilmente calculada através dos dados obtidos de pesquisas domiciliares, que geralmente identificam domicílio, mas não identificam casais. Além disso, o domicílio é claramente definido pela SNA, enquanto o casal é uma noção mais variável já que existem diferentes incentivos fiscais em declarar renda como solteiro ou casado dependendo do país (Blanchet, 2021, p. 23). O ideal seria a divulgação de séries com ambas as divisões em todo país. Devido a tais dificuldades, o DINA cria principalmente séries de “*equal-split adults*” com divisão estreita naqueles países que se apoiam em dados fiscais (como Estados Unidos, França e África do Sul), enquanto cria séries de divisão abrangente naqueles que

---

<sup>3</sup> *In general, average income per adult follows a similar path to average income per capita, but there are exceptions. In countries that have recently undergone a severe demographic transition (e.g., Mexico), the trends are markedly different. Income per capita is a better measure of how much individuals can consume, whereas income per adult is a better measure of how much they earn. Our primary objective is to measure the latter, but both concepts are complementary.* (BLANCHET, 2021, p. 11).

dependem mais fortemente de pesquisas domiciliares (como Turquia e China) (BLANCHET, 2021, p. 23). A WID então aplica correções para harmonizar a comparação entre esses países. As séries de dados analisadas no próximo capítulo serão de divisão estreita da renda dos adultos.

Para comparar as rendas em diferentes países, é necessário corrigir os níveis de preços. O nível de preços evolui ao longo do tempo (por causa da inflação ou deflação) e difere entre países (por causa do uso de moedas diferentes, ou porque bens e serviços semelhantes são vendidos a preços diferentes em lugares diferentes) (BLANCHET, 2021, p.25). Por isso, a WID fornece dados ajustados aos níveis de preço, em moeda local corrente, em paridade de poder de compra e em taxas de câmbio de mercado. Ao se converter níveis de preços ao longo do tempo, os dois principais métodos que podem ser usados para se formular um índice de preços são o deflator do PIB e o Índice de Preços Ao Consumidor (IPC). Estes possuem diferenças conceituais: o deflator mede o nível de preços da produção doméstica, enquanto o IPC leva em conta também o preço dos produtos importados. Assim, o deflator considera o preço de todos os bens e serviços produzidos, enquanto o IPC leva em conta apenas aqueles que foram consumidos. Existem três desafios envolvidos na comparação de preços ao longo do tempo: como contabilizar novos bens (o “viés do novo bem”), como contabilizar a melhoria na qualidade dos bens (o “viés de qualidade”), e como contabilizar as mudanças na cesta de bens e serviços do consumidor quando os preços mudam (o “viés de substituição”). Os estatísticos fizeram progressos na abordagem do “viés do novo bem” e do “viés de qualidade” para o IPC e o deflator, mas, para o “viés de substituição”, mais progresso foi feito no método do deflator do PIB. Por esses motivos, a DINA faz uso deste último método para medir diferenças de preços ao longo do tempo (BLANCHET, 2021, p.27).

Quanto à conversão de divisas, podemos escolher entre o método de taxas de câmbio de mercado ou de Paridade de Poder de Compra (PPC). O método mais simples é o primeiro: se por exemplo conseguimos comprar 1 euro com 6 reais, o euro tem seis vezes o poder de compra do real no mercado internacional, logo basta dividir a renda em reais por seis para obter seu valor em euros. O problema é que as taxas de câmbio de mercado só refletem o poder de compra relativo a bens negociados internacionalmente. Assim, €1 e R\$6 podem comprar a mesma quantidade de petróleo no mercado internacional, mas não necessariamente permitem comprar a mesma quantidade de comida em Paris ou Porto Alegre. Muito mais relevante para entender o padrão de vida de cada localidade é usar o método de Paridade de Poder de Compra. O PPC usa fatores de conversão que levam em conta o nível de preço em cada país, assim como a cesta de bens e serviços

de seus cidadãos. As taxas de conversão de PPC utilizadas na WID e nesse trabalho são provenientes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para seus países membros, enquanto utiliza taxas vindas do Banco Mundial para os demais países. Interessante observar que países da zona do euro utilizam a mesma moeda (Euro), porém possuem níveis de preços diferentes, levando a conversões em PPC que criam “Euro francês”, “Euro lituano” e assim por diante (BLANCHET, 2021, p.28).

Para combinar a conversão de moedas com a de níveis de preços, existem dois caminhos possíveis. Digamos que queremos converter um valor em reais de 2010 para euros de 2020. Um caminho é converter os reais de 2010 para reais de 2020, utilizando o índice de preços brasileiro, e depois converter esse valor para euros de 2020 utilizando a taxa de conversão em PPC. Outro caminho seria começar convertendo os reais de 2010 para euros de 2010, e depois converter estes para euros de 2020 utilizando o índice de preços europeu. Quando utilizada a conversão monetária em PPC, ambos os métodos são equivalentes, porém os resultados são diferentes quando utilizada a conversão em taxas de câmbio de mercado. Nesse último caso, o segundo caminho é mais incentivado, devido à disponibilidade de dados ligeiramente melhores e menor volatilidade para séries em países individuais (BLANCHET, 2021, p.31).

O conceito de renda agregada de referência na WID é a renda nacional líquida, o que marca um desvio em relação a muitos bancos de dados macroeconômicos que tendem a focar no PIB. A renda nacional líquida é obtida adicionando a renda líquida recebida do exterior (descontada a renda enviada ao exterior) e subtraindo a depreciação de capital fixo ao PIB naquele ano. A renda nacional líquida é mais significativa que o PIB para nossos propósitos: a depreciação (ou consumo) do capital fixo não é recebida por ninguém, enquanto as entradas e saídas de renda estrangeira afetam a quantidade de dinheiro disponível aos residentes (BLANCHET, 2021, p.37).

Existem diferentes formas de definir a renda dos indivíduos e, portanto, múltiplas maneiras de medir a desigualdade, dependendo dos conceitos de renda utilizados. Ao se fazerem comparações internacionais de renda ou níveis de desigualdade de riqueza, é essencial medir os mesmos conceitos em todos os países para evitar conclusões enganosas. O WIL usa como referência para medir a renda dos indivíduos aquela que corresponde ao valor que os indivíduos vislumbram em suas folhas de pagamentos em muitos países do mundo, ou seja, o rendimento medido antes do de impostos e após a operação de regimes de pensões e aposentadorias. O WIL denomina isso como renda “pré-impostos, pós-reposição”. Essa definição de renda inclui a maior

parte da redistribuição de renda, que ocorre por meio de pensão e seguro-desemprego (CHANCEL *et al.*, 2021, p.42). As séries de renda utilizadas nesse trabalho são usando este conceito.

Outro conceito utilizado nas observações do próximo capítulo é o rendimento do trabalho antes de impostos. Esse é a soma de todos os fluxos de rendimentos pessoais antes de impostos que incidem sobre os proprietários individuais do trabalho como fator de produção, antes de ter em conta o funcionamento do sistema de impostos/transferências, mas após ter em conta o funcionamento do sistema de pensões. Quando nos referirmos a riqueza, consideramos a riqueza domiciliar líquida, ou seja, a soma dos ativos financeiros (por exemplo, ações ou títulos) e ativos não financeiros (por exemplo, habitação ou terreno) de propriedade dos indivíduos do mesmo domicílio, líquido de suas dívidas (BLANCHET, 2021).

## 2.5 SUPERANDO AS LIMITAÇÕES NOS DADOS DISPONÍVEIS

Em países com acesso relativamente limitado a microdados, a WID depende principalmente da tabulação de pesquisas (como o censo), cuja maioria é obtida na base de dados do Banco Mundial. Essas tabulações fornecem dados sobre a distribuição do consumo ou da renda *per capita* entre os grupos percentis. Um problema ao usar tabulações de pesquisa em países em desenvolvimento é que elas dependem quase exclusivamente dos dados de consumo. Isso faz comparações sistemáticas entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento difícil, uma vez que as desigualdades de recursos econômicos nos países desenvolvidos são mais frequentemente mensuradas pela renda. Junto a isso, a desigualdade de renda tende a ser maior do que as desigualdades de consumo, uma vez que os mais ricos tendem a ter taxas de poupança maiores.

Para tornar comparáveis as estimativas de desigualdade de consumo e de renda, o WIL sugere e utiliza um método de ajuste simples. A ideia é explorar a relação entre consumo e renda para cada grupo percentil da população, como observado em países para os quais ambas as distribuições estão disponíveis. A intenção é descobrir qual a proporção do consumo em relação a renda em cada grupo percentil. Assim, usando as estimativas obtidas em países com abundância desse tipo de dados, são criados perfis hipotéticos para os países em que apenas informações sobre consumo são disponíveis. Esses perfis são então usados para criar as distribuições de renda nos países em desenvolvimento. Com esse método obtém-se distribuições de renda que são

comparáveis àquelas observadas diretamente nas pesquisas de consumo (BLANCHET, 2021, p.134).

Agora, precisa ser abordado o problema de que a renda é subestimada pelas pesquisas no topo da distribuição. Isso é feito aplicando o método utilizado em Blanchet, Flores e Morgan (2019), que busca combinar dados de pesquisas e dados fiscais a fim de obter uma distribuição de renda ajustada. Os autores apresentam uma maneira orientada por dados para determinar o ponto nas distribuições vindas de pesquisas onde começa a subcobertura da renda. Isto é o “ponto de fusão” – o ponto na distribuição onde os dados da pesquisa e os dados fiscais são mesclados. Depois, realizam os ajustes necessários de forma a minimizar as distorções do levantamento original e preservar propriedades desejáveis (BLANCHET; FLORES; MORGAN, 2019, p. 5, tradução livre).

O método possui três etapas: a escolha do “ponto de fusão”, a reponderação das observações da pesquisa acima e abaixo deste ponto, e a ampliação do apoio da pesquisa ao incluir os maiores rendimentos de dados tributários (BLANCHET, 2021, p. 106). Dessas etapas, a primeira visava selecionar o ponto de fusão entre os conjuntos de dados, e os outros dois visam corrigir os dois principais tipos de erro em pesquisas: “erro não amostral” e “erro amostral”.

Em primeiro lugar, a escolha do ponto de fusão entre as distribuições de pesquisa e as tributárias requer uma comparação do número de observações dentro de cada percentil. O método seleciona automaticamente um “ponto de fusão” entre as duas distribuições comparando a distribuição interpolada de renda dos dados fiscais acima de um percentil “p\*” com a distribuição dos rendimentos de pesquisa. Este ponto “p\*” deve corresponder ao início do “período confiável” dos dados fiscais - o ponto além do qual a distribuição pode ser considerada confiável. Isso pode ser definido como a percentagem da população abrangida pelos dados fiscais ou a percentagem de contribuintes na população (BLANCHET, 2021, p. 106).

Após a fusão dos dados a partir do ponto determinado, ocorre a etapa de reponderação abordando o “erro não amostral” da pesquisa — isto é, o erro proveniente de taxas heterogêneas de não-resposta nas pesquisas em toda a população. Após a aplicação dessa calibração, os dados de pesquisa devem ser estatisticamente indistinguíveis dos dados fiscais. No entanto, a precisão que obtemos no topo da distribuição de renda pode ainda ser insuficiente para alguns propósitos. De fato, eles sofrem de vieses severos devido a pequenas amostragens, que em geral levam a uma subestimação da desigualdade. Esse “problema pode ser superado com a ampliação do suporte da

pesquisa. Na prática, isso envolve a substituição da distribuição da pesquisa além do ponto de fusão pela distribuição fiscal, mantendo a equivalência das covariáveis preservando o ordenamento de cada observação (BLANCHET, 2021, p. 109).

O conjunto de dados resultante dos métodos até então comentados corresponde mais ou menos à distribuição de renda domiciliar - ou seja, a soma da remuneração dos empregados, renda mista (mista entre renda do capital e renda do trabalho) e renda patrimonial recebida pelo setor das famílias nas contas nacionais. Para a WID alcançar dados refinados sobre a distribuição da renda nacional e obter valores de renda individual consistentes com crescimento macroeconômico, o WIL tem que fazer suposições sobre a distribuição dos componentes de renda não declarada. Estes componentes incluem principalmente os impostos recebidos pelas administrações públicas e os lucros acumulados das empresas, que podem constituir uma fração significativa da renda nacional nas economias desenvolvidas e em desenvolvimento. Já que os impostos são distribuídos proporcionalmente ao rendimento antes dos impostos no quadro teórico da DINA, estes não têm qualquer impacto na desigualdade. Assim, os componentes mais importantes são os rendimentos de capital isentos de impostos, como os lucros acumulados das empresas (BLANCHET, 2021, p. 137).

Dentre os vários utilizados para casos específicos, o método que o laboratório mais recomenda é por meio de uma estimativa de forma simplificada da distribuição das rendas ausentes entre os diferentes grupos. Como afirmamos que a renda do capital é o componente mais relevante das rendas ausentes, é esse tipo de renda que precisamos distribuir. Para isso, a quantidade de renda de capital acumulada para os diferentes grupos de renda depende de dois fatores: o nível de desigualdade de renda de capital (ou seja, a distribuição marginal de renda de capital) e a dependência entre a renda do capital e do trabalho. Assim, desses dados são inferidas funções que determinam a distribuição da renda ausente. Para o caso de faltar dados de algum desses fatores, a DINA fornece parâmetros baseados nos países para os quais esses dados são disponíveis. Em outras palavras, aplica-se a média das funções calculadas nos países com dados suficientes para outros países sem dados suficientes. Assim, são atribuídos os componentes de renda ausentes aos vários grupos percentis da distribuição, e passamos de uma distribuição a nível fiscal e de pesquisa para a nível de renda nacional agregada (BLANCHET, 2021, p. 139).

Apesar das correções, a qualidade dos dados disponíveis varia bastante. Assim, o WIL dá nota para cada série de dados apresentada, com a nota máxima sendo 5:

- Séries baseadas em microdados fiscais de alta qualidade e microdados de pesquisa: 5/5
- Séries baseadas em tabulações fiscais e microdados de pesquisa: 4/5
- Séries baseadas em pesquisas e tabulações fiscais: 3/5
- Séries baseadas em pesquisas de alta ou média qualidade para as quais não há dados fiscais disponíveis. As correções imputadas são aplicadas para compensar a falta de dados fiscais: 2/5
- Séries baseadas em pesquisas de baixa qualidade para as quais não há dados fiscais disponíveis. Correções imputadas são aplicadas para compensar a falta de dados fiscais: 1/5
- Séries para as quais não há dados de distribuição disponíveis e, portanto, com base apenas em estimativas e imputações: 0/5

## 2.6 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Quanto à apresentação dos resultados, a WID tem como preferência demonstrar as participações de renda de três grupos principais (os 50% da base, os 40% do meio e os 10% superiores). Esses três grupos mapeiam relativamente bem a ideia de um nível inferior, médio e superior de classe social, e resumem as mudanças que ocorrem na distribuição geral razoavelmente bem. São destacados também os grupos muito superiores (grupos dos 1%, 0,1% e 0,01% mais ricos), uma vez que podem representar uma parcela macroeconomicamente significativa da renda.

Neste trabalho, além das participações desses grupos na renda nacional, serão observados a renda média de cada grupo e o piso de renda necessário para estar neles. No caso das análises dos países selecionados, será observada a relação entre o nível do salário mínimo e a renda média, assim como a parcela do rendimento do trabalho recebida pelas mulheres. A parcela da renda do trabalho feminino é definida como a soma dos rendimentos do trabalho auferidos pelas mulheres em relação ao agregado nacional de rendimentos do trabalho em um país. Na área de emprego e renda, a igualdade de gênero tem sido frequentemente investigada pela lente dos rendimentos ou pela perspectiva do acesso ao emprego. Como a renda do trabalho feminino em nível nacional é igual ao produto de emprego feminino e rendimento médio feminino, nosso indicador leva em consideração ambos os lados da questão (NEEF; ROBILLIARD, 2021).

No próximo capítulo iremos expor e comparar as séries de dados coletados na base de dados WID, a fim de melhor compreendermos a situação da desigualdade de renda global na atualidade, assim como a sua trajetória no século XXI.



### 3. RENDA: SITUAÇÃO E TRAJETÓRIA DA DISTRIBUIÇÃO GLOBAL

#### 3.1 SITUAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS DESIGUALDADES GLOBAIS DE RENDA

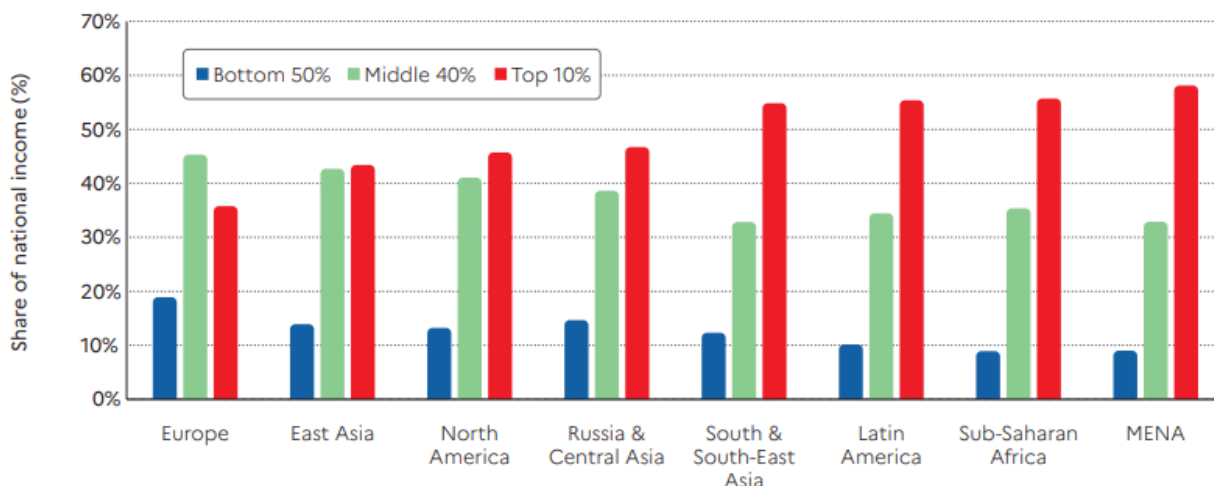
A desigualdade de renda da ótica global nos ajuda a entender nossa posição relativa em uma sociedade cada vez mais globalizada e interdependente. Assim, conseguimos entender que mesmo um indivíduo estando em um grupo privilegiado dentro do seu país, no contexto global este pode se encontrar abaixo da renda média da população. Um panorama geral sobre a situação atual da desigualdade econômica global que pode ser expresso facilmente é o seguinte: no ano de 2020, a população adulta pertencente ao grupo dos 10% mais ricos do planeta recebeu 52% da renda global, enquanto a metade mais pobre da população mundial recebeu apenas 8,5% da renda global. Como podemos ver, o mundo parece muito mais perto de um cenário de desigualdade total do que de igualdade total pelos parâmetros apresentados no capítulo anterior. Um cálculo básico nos demonstra que, em média, um indivíduo adulto pertencente ao grupo dos 10% mais ricos recebe 31 vezes mais do que a renda média de um indivíduo pertencente ao grupo dos 50% mais pobres ( $T10/B50 = 31$ ). Se traduzidos em paridade de poder de compra (PPC), a renda média anual de um adulto equivale a PPC €16.354, a de um adulto do decil mais rico é de PPC €85.442 e a de um adulto da metade mais pobre da população global é PPC €2.780 (WORLD INEQUALITY DATABASE, 2022a).

A distribuição da renda e os níveis de desigualdade variam bastante no contexto regional; vejamos agora mais dados de 2020. A região que constitui o Oriente Médio e Norte da África (MENA) e a Europa (38 países com exceção de Rússia, Bielorrússia e Ucrânia) são os dois extremos opostos dos níveis de distribuição de renda. Na Europa, o grupo dos 10% de maior renda recebe 36% da renda da região, enquanto no MENA o grupo dos 10% mais ricos recebe 58% da renda da região. A Europa possuía em 2021 um índice  $T10/B50 = 9,5$  enquanto o MENA possuía um índice  $T10/B50=32,5$ . Já que o índice  $T10/B50$  para a população global é de 31, a distribuição da renda do planeta se aproxima muito mais com a do MENA, da África Subsaariana ( $T10/B50 = 30$ ) e da América Latina ( $T10/B50 = 30$ ) do que com as regiões de renda mais alta do planeta, como Europa e América do Norte ( $T10/B50 = 17$ ). Também observamos que a renda média não é parâmetro que define a distribuição de renda pela ótica do índice  $T10/B50$ , já que MENA e Ásia Oriental possuem praticamente a mesma renda média (PPC €18.838 e PPC €18.425, respectivamente), que também se aproxima bastante da renda média global, e estão diametralmente

opostos na escala do índice, sendo a Ásia Oriental a segunda região com o menor valor com  $T10/B50 = 1$  (CHANCEL *et al.*, 2021).

O gráfico abaixo mostra a parcela da renda total de cada região capturada por três grupos da população de acordo com seu lugar na distribuição de renda, são estes: os 50% abaixo da renda mediana, os primeiros 40% acima da mediana (os 40% “do meio”) e os 10% do topo.

**Gráfico 2 – Grupos dos 50% de baixo, 40% do meio e 10% do topo da renda no mundo: 2021**



Fonte: Chancel *et al.*, (2022).

Nessa métrica, países de renda elevada também não demonstram níveis menores ou maiores de desigualdade que os outros, podendo haver elevados níveis de desigualdade (exemplo dos Estados Unidos com  $T10/B50 = 17$ ) ou níveis reduzidos relativamente à tendência global (exemplo da França com  $T10/B50 = 7$ ). Enquanto as diferentes instituições e políticas influenciam na forma como a renda é distribuída dentro de um país, os diferentes níveis e dinâmicas de atividade econômica de cada país determinam sua renda média.

Até agora neste capítulo falamos sobre a desigualdade entre os indivíduos, agora é importante abordarmos a desigualdade entre os países, já que essa afeta a primeira. Nascer em um país rico significa aumentar drasticamente sua probabilidade de estar no topo da distribuição de renda global, e o contrário também é válido. Embora a diferença de renda entre os países tenha diminuído ao longo das últimas quatro décadas, ela se mantém ainda elevada. O nível de renda de um país é fortemente determinante para o nível de renda de um indivíduo, o que Milanovic define como “*citizenship premium*” (MILANOVIC, 2012), ou seja, o “prêmio de renda” que um indivíduo ganha pela sua cidadania. Um exemplo claro é que os 5% mais pobres dos

estadunidenses, ajustados os níveis de preços, ganham 35 vezes mais do que os zambianos mais pobres (MILANOVIC, 2012).

A disparidade de renda entre os países cresceu tanto nos últimos dois séculos que desconstruiu a existência de uma classe proletária global com demandas e necessidades homogêneas. No século XIX o padrão de vida era muito baixo e muito parecido ao redor do globo, muito diferente de como é nos dias de hoje.

Ser proletário era, portanto, uma condição global que eles sustentavam, e, sendo global, apresentava uma base ideal sobre a qual a solidariedade internacional da classe trabalhadora poderia ser construída. Os proletários eram igualmente pobres e explorados em todos os lugares e só poderiam se libertar e criar sociedades sem classes em um esforço comum que não conhecia fronteiras nacionais (...) A emancipação local e a solidariedade internacional estavam assim entrelaçadas, eram parte da mesma luta. (MILANOVIC, 2012, tradução livre)<sup>4</sup>.

O aumento do abismo entre a qualidade de vida dos países fez com que a desigualdade social global passasse a ser uma questão muito ligada ao país (periférico ou central) do indivíduo, antes sendo principalmente ligada à sua classe social. Assim, o aspecto locacional triplicou na fatoração da desigualdade global, passando a ser responsável por um terço da desigualdade global (CHANCEL *et al.*, 2021)

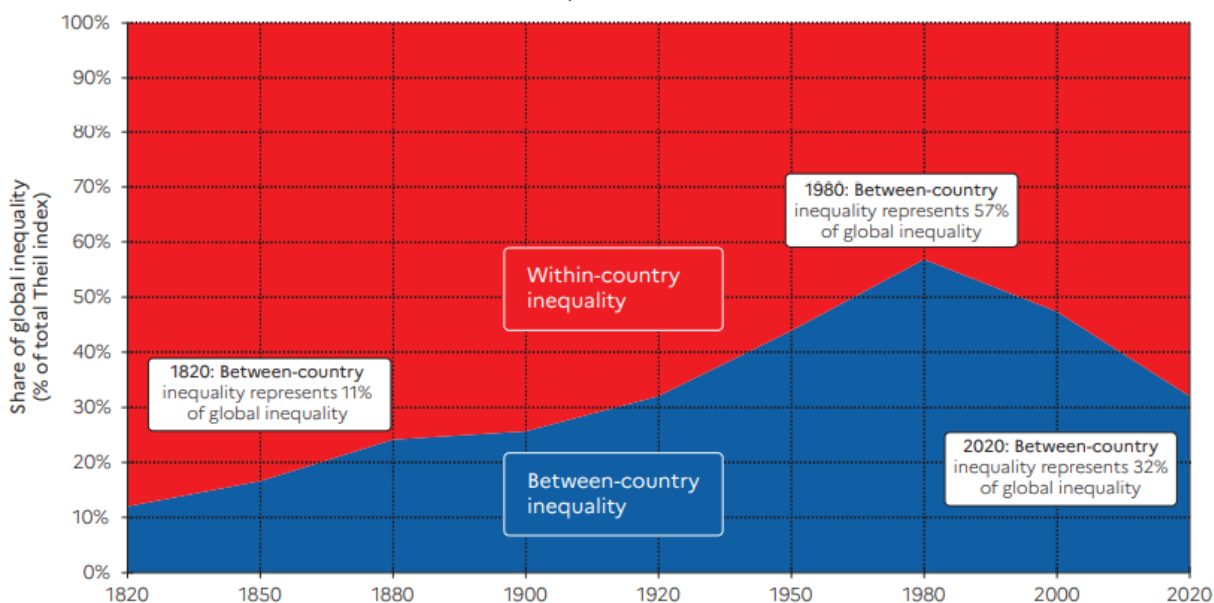
Isso fez com que os interesses - e a própria definição - das classes trabalhadoras ao redor do mundo divergissem, e a questão locacional ganhasse cada vez mais relevância, chegando a ser o principal fator da desigualdade global ao atingir seu cume em 1980. A desigualdade entre os países passou a cair a partir desse ano (quando era responsável por 57% da desigualdade global), até chegar a representar 32% da desigualdade de renda global. Ainda assim, essa continua relevante: os movimentos de migração em direção aos países mais ricos ainda são um fenômeno que muda radicalmente a qualidade de vida dos indivíduos, de forma mais rápida que uma possível reforma estrutural (ou até revolução) poderia trazer para estes. Os migrantes da Nigéria ganham uma renda, em média, 16 vezes maior nos EUA em comparação com seus pares com idade e escolaridade equivalente que ficaram em seu país natal. Este fenômeno se repete na comparação

---

<sup>4</sup> *Being proletarian was thus a global condition, they held, and being global, it presented an ideal basis on which international solidarity of the working class could be built. Proletarians were equally poor and exploited everywhere and they could liberate themselves and usher in classless societies only in a common effort that knew no national borders (...) Local emancipation and international solidarity were thus intertwined, part of the same struggle* (MILANOVIC, 2012).

de migrantes vindos de outros países pobres, com mediana em torno de um multiplicador de 4,5 vezes a renda para aqueles que emigram para os EUA (CLEMENS *et al.*, 2019). o Gráfico 3 explicita a trajetória do peso da desigualdade entre os países na composição da desigualdade global desde o século XIX.

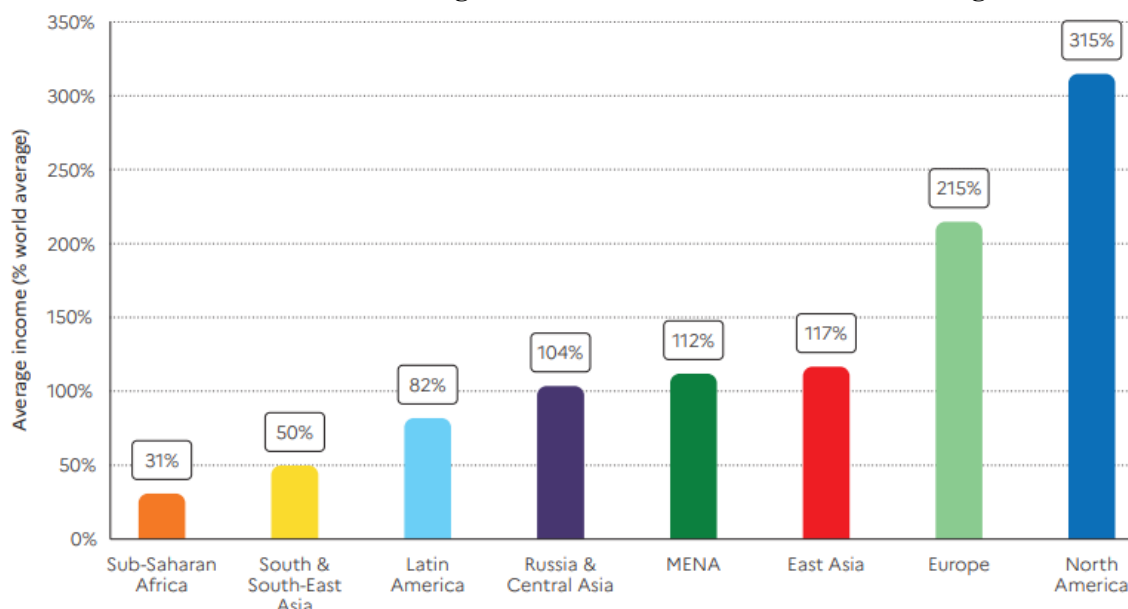
**Gráfico 3 – Desigualdade de renda global: desigualdade entre vs dentro dos países (Índice de Theil): 1820-2020**



Fonte: Chancel *et al.* (2021).

O Gráfico abaixo demonstra a renda média de cada região como proporção da renda média global em 2021, ou seja, PPC €16.700 = 100%. A região da África Subsaariana tem renda média menor que um terço da renda média global, enquanto Sul e Sudeste da Ásia têm renda média de metade da renda média global. No extremo oposto, os adultos da Europa tiveram mais que o dobro da renda média global em 2021, enquanto os adultos da América do Norte tiveram mais que o triplo. O salto é então de mais de 10 vezes a renda entre uma região e outra. Lembremos que esses rendimentos são todos expressos em Paridade de Poder de Compra, e se fossem calculados usando as taxas de câmbio de mercado o abismo entre as rendas médias de cada extremidade seria ainda maior. Outro fator a ser lembrado que subestima os níveis de desigualdade calculados é a renda obtida pela quantidade de horas trabalhadas, já que os rendimentos das regiões mais pobres são oriundos de jornadas de trabalho mais longas que dos mais ricos (CHANCEL *et al.*, 2021).

**Gráfico 4 – Renda média nas regiões do mundo como % da renda média global: 2021**



**Fonte: Chancel et al. (2022).**

Tanto o grupo de autores do *World Inequality Lab* quanto o do *World Bank* trazem consenso sobre as relativamente altas taxas de crescimento da renda observadas para a metade mais pobre da população mundial desde 1980. Tal crescimento é oriundo principalmente das altas taxas de crescimento dos países emergentes e muito populosos como Índia e China. A China, que partiu de um nível de renda extremamente baixo na década de 1980, cresceu muito rapidamente nas últimas quatro décadas, convergindo para patamares superiores de renda per capita.

Assim, os níveis acelerados de crescimento da Índia e da China - cujas populações combinadas de 2,7 bilhões de indivíduos estão em sua grande maioria na metade mais pobre da população mundial - são os fatores que levaram ao aumento da renda da metade mais pobre global. A renda média dos adultos na Índia cresceu um total de 115% no período de 2000 a 2020, o que equivale a uma taxa média de 3,9% ao ano. Na China, esse crescimento foi de 261% no período, o que equivale a uma taxa média de 6,6% ao ano. Para o mundo inteiro (do qual mais de um terço da população se encontra nesses dois países) tal crescimento foi de 35%, o que equivale a uma taxa média de 1,5% ao ano. No ano de 2000, a renda máxima que um indivíduo poderia receber para fazer parte da metade mais pobre da população mundial era de €3.986. Nesse ano, 80% da população indiana recebia menos que isso, assim como 60% da população chinesa. Isso levou o crescimento do “B50” mundial a taxas muito acima daquelas registradas pela população total no

período: a renda dos B50 teve crescimento acumulado de 61%, o que equivale a uma taxa média de 2,4% ao ano (CHANCEL *et al.*, 2021).

Abaixo vamos observar com mais detalhes a distribuição e o nível da renda global no século XXI. Para isso serão expostos dados de renda (pré-impostos, pós-reposição) da população adulta mundial nos anos de 2000, 2010 e 2020.

**Tabela 3 – Distribuição da renda global: 2020**

Grupo de renda	Número de adultos (aprox.)	Piso da renda (PPC €)	Renda média (PPC €)	Parcela da renda nacional
população total	5 095 578 000	-	16.354	100,0%
50% de baixo	2 547 789 000	-	2.780	8,5%
40% do meio	2 038 231 200	sem dados	16.050	39,3%
10% do topo	509 557 800	36.466	85.442	52,2%
1% do topo	50 955 780	122.491	314.145	19,2%
0,1% do topo	5 095 578	446.369	1.250.872	7,7%
0,01% do topo	509 558	1.745.046	5.115.594	3,1%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022a) e The World Bank Group (2022a).

**Tabela 4 – Distribuição da renda global: 2010**

Grupo de renda	Número de adultos (aprox.)	Piso da renda (PPC €)	Renda média (PPC €)	Parcela da renda nacional
população total	4 474 968 000	-	14.437	100,0%
50% de baixo	2 237 484 000	-	2.279	7,9%
40% do meio	1 789 987 200	sem dados	13.582	37,6%
10% do topo	447 496 800	32.576	78.650	54,5%
1% do topo	44 749 680	114.255	289.865	20,1%
0,1% do topo	4 474 968	410.858	1.111.317	7,7%
0,01% do topo	447 497	1.604.832	4.450.716	3,1%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022a) e The World Bank Group (2022a).

**Tabela 5 – Distribuição da renda global: 2000**

Grupo de renda	Número de adultos (aprox.)	Piso da renda (PPC €)	Renda média (PPC €)	Parcela da renda nacional
----------------	----------------------------	-----------------------	---------------------	---------------------------

população total	3 724 138 000	-	12.148	100,0%
50% de baixo	1 862 069 000	-	1.724	7,1%
40% do meio	1 489 655 200	sem dados	10.742	35,4%
10% do topo	372 413 800	29.538	69.898	57,5%
1% do topo	37 241 380	100.474	248.432	20,5%
0,1% do topo	3 724 138	360.332	924.262	7,6%
0,01% do topo	372 414	1.304.955	3.580.059	2,9%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022a) e The World Bank Group (2022).

As diferentes taxas de crescimento da renda mundial entre os diferentes grupos percentis levaram a mudanças na composição das parcelas da renda mundial: a parcela de renda apropriada pelo “B50” global era de 7,1% em 2000, subiu para 7,9% em 2010 até chegar a 8,5% em 2020, aumento acumulado de 20% ao longo dos primeiros vinte anos do século XXI. A renda recebida pelos 10% do topo mundial, por sua vez, cresceu 22% entre 2000 e 2020 (quase um terço do crescimento de 61% visto na renda dos B50). A parcela da renda total recebida por estes, que era extremamente alta, caiu no período: foi de 57,6% dos rendimentos globais no ano 2000 para 52,3% em 2020, redução de 10%. Isso levou a uma mudança relevante na proporção T10/B50 dos adultos do planeta, de T10/B50=40,5 no primeiro ano do século XXI, passando para T10/B50=34,5 em 2010, até chegar a T10/B50= 30,5 em 2020. Assim, a renda média dos indivíduos pertencentes ao decil do topo da distribuição passou de 41 vezes maior que a recebida pelos indivíduos da metade inferior para 31 vezes maior.

Os 40% do meio da distribuição também viram sua renda crescer a taxas mais altas que a média global: a renda deste grupo cresceu 49% entre 2000 e 2020. Por isso, foram de receber 35,4% da renda total em 2000 para 39,2% da renda total em 2020, incremento de 10% na parcela apropriada. A renda média dos mais ricos cresceu a taxas equivalentes à média global, já que a sua parcela da renda mundial se manteve praticamente estável no período: os 0,1% mais ricos foram de receber 7,6% da renda mundial em 2000 para 7,7% em 2020; os 0,01% mais ricos (apenas indivíduos de renda anual milionária), que recebiam 2,9% da renda mundial no início do século receberam 3,1% dessa renda em 2020.

A desigualdade de riqueza tem níveis muito mais extremos, e sua perspectiva nos ajuda a visualizar melhor a desigualdade econômica global de forma mais completa. Os domicílios

pertencentes ao decil mais rico detêm 76% de toda a riqueza global, possuindo em média PPC €550.900 por adulto (o que inclui uma grande parcela de riqueza financeira como ações e ativos financeiros), enquanto a metade dos domicílios mais pobres detêm apenas 2% da riqueza global, possuindo em média PPC €2.900 por adulto.

A riqueza dos 10% mais ricos do mundo, que constitui a classe média nos países ricos e os meramente ricos nos países pobres está realmente crescendo mais lentamente do que o média mundial, mas o 1% do topo está crescendo muito mais rápido: entre 1995 e 2021, o 1% mais rico capturou 38% o incremento global da riqueza, enquanto os 50% da base capturou assustadores 2%. A parte da riqueza possuída pelo top global 0,1% subiu de 7% para 11% nesse período e a riqueza bilionária global disparou. Como a riqueza é uma grande fonte de ganhos econômicos futuros e, cada vez mais, de poder e influência, isso pressagia ainda mais aumentos em desigualdade (CHANCEL, 2021).

A seguir iremos expor dados de desigualdade para os países selecionados: Brasil, Índia, México, África do Sul, Turquia Estados Unidos e França.

## 3.2 EVOLUÇÃO DAS DESIGUALDADES NOS PAÍSES SELECIONADOS

### 3.2.1 Brasil

O Brasil é o maior país da América Latina em extensão geográfica e população. Também possui o maior PIB da região, que foi de €2,48 trilhões em PPC no ano de 2020 (WORLD INEQUALITY DATABASE, 2022b). De acordo com o relatório da ONU, seu IDH em 2019 foi de 0,765 - colocando o país na 84a colocação no ranking mundial (ONU, 2020). O Brasil também é um dos países mais desiguais do mundo, e nos aprofundaremos especialmente na desigualdade de renda dentro do país.

No Brasil, o legado da desigualdade racial é relevante. Foi o último país grande a abolir a escravidão em 1888, quando a população de escravizados equivalia a um terço da população total. Ligado a isso está a persistência de grandes desigualdades regionais que decorrem do período colonial e escravocrata. A desigualdade também foi influenciada por fatores mais modernos, particularmente o desenvolvimento da economia brasileira como potência industrial sul-americana no século XX. A política de industrialização ao longo do século favoreceu apenas uma minoria de trabalhadores (principalmente no setor formal), em meio a um contexto de ausência de reforma agrária e fraca tributação das fortunas herdadas. Mesmo durante a fase mais progressiva da década de 2000, a persistente negligência com a necessidade de uma reforma tributária e agrária



permitiu que os grupos de renda superiores continuassem a capturar a maior parte do crescimento renovado da economia. (ASSOUAD *et al.*, 2018, tradução livre)<sup>5</sup>.

Os dados obtidos pela WID nos demonstram que os níveis de desigualdade no Brasil são maiores do que podiam ser estimados até então. Programas de transferência condicionada de renda e sustentados aumentos reais no salário mínimo impactaram principalmente na redução da pobreza do país. Apesar disso, os níveis de desigualdade de renda permanecem elevados, e pouco mudaram nas últimas duas décadas.

Há 20 anos, a distribuição da renda permanece estável e extremamente desigual. No ano de 2020, os 10% do topo da distribuição receberam 60% da renda nacional, contra apenas 10% dos 50% da base e 30% da renda total recebida pelos 40% do meio da distribuição. Neste ano, a renda média anual se situava em torno de PPC €13.894 (R\$41.971 em moeda corrente). Para a metade mais pobre da população, porém, a renda média era de PPC €2.714 (ou R\$8.123), ou seja, menos de um quinto da renda média nacional. Para os 40% do meio, a renda média foi de PPC €10.564 (ou R\$31.612). Assim, a renda média de 90% da população brasileira foi de PPC €6.203 (R\$18.609), ou seja, menos da metade da média total do país. Isso expõe uma grande disparidade de renda e a ausência de uma grande “classe média” no país. Naquele ano, se um indivíduo recebeu exatamente PPC €13.894, a média nacional, ele teve uma renda maior do que 82% da população. Por consequência, a renda dos 10% mais ricos é muito elevada, sendo mais de PPC €83.109 (R\$249.327), ou seja, quase seis vezes a média nacional. A tabela a seguir demonstra com mais detalhes a distribuição da renda nacional para três anos do século XXI: 2020, 2010 e 2000.

**Tabela 6 – Distribuição da renda no Brasil: 2020**

Grupo de renda	Número de adultos (aprox.)	Piso da renda (PPC €)	Renda média (PPC €)	Parcela da renda nacional
população total	152 400 000	-	13.894	100,0%
50% da base	76 200 000	-	2.714	9,8%

<sup>5</sup> “In Brazil, the legacy of racial inequality also plays an important role. It was the last major country to abolish slavery in 1888, at a time when slaves made up about 30% of the population. Linked to this is the persistence of large regional inequalities that stem from the colonial and slave-owning period. Inequality was also influenced by more modern factors, particularly the development of the Brazilian economy into the continent’s industrial powerhouse in the 20th century. The politics of industrialization throughout the century favored only a minority of workers (primarily in the formal sector), in a context of limited agrarian reform and weak taxation of inherited fortunes. Even during the more progressive decade of the 2000s, persistent neglect of further tax and land reform meant that top income groups continued to capture most of the renewed growth of the economy.” (ASSOUAD *et al.*, 2018).

40% do meio	60 960 000	5.773	10.564	30,40%
10% do topo	15 240 000	23.933	83.109	59,8%
1% do topo	1 524 000	147.972	356.916	25,7%
0,1% do topo	152 400	574.239	1.122.342	8,1%
0,01% do topo	15 240	1.459.865	1.551.130	1,1%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022b) e The World Bank Group (2022a).

Séries baseadas em tabulações fiscais e microdados de pesquisa: 4/5

**Tabela 7 – Distribuição da renda no Brasil: 2010**

Grupo de renda	Número de adultos (aprox.)	Piso da renda (PPC €)	Renda média (PPC €)	Parcela da renda nacional
população total	129 926 000	-	15.811	100,0%
50% da base	64 963 000	-	3.235	10,2%
40% do meio	51 970 000	6.224	11.279	28,5%
10% do topo	12 993 600	26.097	96.818	61,2%
1% do topo	1 299 360	161.297	442.162	27,9%
0,1% do topo	129 936	754.815	1.499.777	9,5%
0,01% do topo	12 994	2.761.768	3.723.666	2,4%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022) com dados de World Inequality Database (2022b) e The World Bank Group (2022a).

Séries baseadas em tabulações fiscais e microdados de pesquisa: 4/5

**Tabela 8 – Distribuição da renda no Brasil: 2000**

Grupo de renda	Número de adultos (aprox.)	Piso da renda (PPC €)	Renda média (PPC €)	Parcela da renda nacional
população total	104 525 000	-	13.877	100%
50% da base	52 262 000	-	2.792	10,1%
40% do meio	41 809 000	5.327	10.423	30,1%
10% do topo	10 452 500	24.557	83.115	59,9%
1% do topo	1 054 250	152.698	339.879	24,5%
0,1% do topo	105 425	485.425	984.382	7,1%
0,01% do topo	10 543	1.921.909	2.549.054	1,8%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022b) e The World Bank Group (2022a).

Séries baseadas em tabulações fiscais e microdados de pesquisa: 4/5

Observamos que os níveis de desigualdade se mantiveram estáveis desde o início do século XXI. A relação T10/B50 no país se manteve em 30, ou seja, durante as duas últimas décadas a renda média recebida por indivíduos do decil mais rico foi trinta vezes maior que aquela recebida por indivíduos da metade mais pobre da população. A renda média da população teve um crescimento claro de 2000 a 2014, porém a partir da crise de 2015 a renda média despencou, até que em 2020 esta se aproxima mais do primeiro ano do século XXI do que de 2010 (World Inequality Database 2022b). O impacto da pandemia da Covid-19 também foi relevante para a queda da renda média em 2020, efeito que se repete na maior parte do mundo.

A desigualdade de renda no Brasil está há muito tempo marcada por seus níveis extremos. As estimativas disponíveis sugerem que a parcela de renda dos 10% mais ricos sempre foi superior a 50% da renda nacional. Desde os anos 2000, a desigualdade salarial foi reduzida no Brasil e milhões de indivíduos saíram da pobreza, em grande parte graças a programas governamentais como o aumento do salário mínimo ou o Bolsa Família. Ao mesmo tempo, na ausência de uma grande reforma tributária e agrária, a desigualdade geral de renda permaneceu praticamente inalterada, com os 50% da base capturando cerca de 10% da renda nacional e os 10% mais ricos cerca de metade dela. (CHANCEL *et al.*, 2021, tradução livre)<sup>6</sup>.

Uma variável que foi explorada para este trabalho é a proporção do salário mínimo em relação à renda média por adulto de cada país. O objetivo é buscar possíveis correlações entre tal proporção e os níveis de desigualdade, considerando como tal proporção afeta a renda média especialmente nos grupos inferiores da distribuição de renda, já que estes são os mais impactados pelo valor do salário mínimo nacional. No caso do Brasil, foi calculado usando 13 salários mínimos por ano, de acordo com o salário mínimo de cada ano. Na tabela abaixo seguem os dados obtidos:

**Tabela 9 – Salário mínimo e renda média no Brasil**

Ano	Renda média corrente (R\$)	Renda média em PPC (€)	Salário mínimo corrente (R\$)	Salário mínimo em PPC (€)	Proporção SM/ renda média
2020	41.576	13.894	13.585	4.539	32,7%

<sup>6</sup> *Income inequality in Brazil has long been marked by extreme levels. Available estimates suggest that the top 10% income share has always been higher than 50%. Since the 2000s, wage inequality has been reduced in Brazil and millions of individuals lifted out of poverty, largely thanks to government programs such as the increase in the minimum wage or Bolsa Família. At the same time, in the absence of major tax and land reform, overall income inequality has remained virtually unchanged, with the bottom 50% capturing around 10% of national income and the top 10% about half of it. (CHANCEL *et al.*, 2021).*

2010	25.352	15.811	6.630	4.134	26,2%
2000	9.857	13.877	1.963	2.763	19,9%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022b), Renda (2022) e Espírito Santo (2022).

A tabela demonstra os ganhos no poder de compra do salário mínimo nos três anos estudados, que aumentaram 64% de 2000 a 2020. Fica evidente como os ganhos reais no salário mínimo fizeram com que sua proporção em relação à renda média aumentasse de um quinto da renda média em 2000 para quase um terço em 2020. Outro fator que contribui para isto foi a queda da renda média de 2010 a 2020, especialmente devido à crise econômica brasileira de 2015 e os efeitos da pandemia da Covid-19. Ainda assim, os ganhos reais do salário mínimo e os programas de transferência condicionada de renda não foram o suficiente para alterar significativamente a situação dos 50% da base da distribuição. Estes tiveram em 2020 uma renda média em PPC abaixo do nível de 2000, apesar do nível mais elevado em 2010, mostrando uma descontinuidade do crescimento nas duas últimas décadas. Se observarmos para o ano de 2018, como forma de termos dados recentes pré-pandemia da Covid-19, a renda média da metade mais pobre da população era apenas 5% maior que no ano de 2000, enquanto o salário mínimo era quase o dobro em Paridade de Poder de Compra.

Também vale citar a evolução da desigualdade de gênero no país. O rendimento do trabalho antes de impostos pode ser dividido pelas parcelas recebidas por cidadãos adultos do sexo masculino e feminino. Os dois principais fatores que influenciam nessa proporção são o nível de participação das mulheres no mercado de trabalho e o nível de renda recebido nos cargos ocupados por elas. Para 2020, apenas 38,5% da renda total do trabalho foi recebida por mulheres, contra os 61,5% restantes por homens. Apesar de desigual, percebe-se um aumento constante da parcela recebida por mulheres, que foi de 34,9% em 2010 e 32,3% em 2000 (Chancel *et al.*, 2021). Assim, o Brasil acompanha uma tendência global de aumento na parcela da renda do trabalho recebida pelas mulheres, que gradual (e lentamente) passam a ocupar mais cargos e posições de poder no mercado de trabalho. O nível da participação feminina no mercado de trabalho também apresentou crescimento: era de 40% em 2000, subiu para 42,4% em 2010, e chegou a 42,8% em 2020 (após cair um ponto percentual entre 2019 e 2020) (THE WORLD BANK GROUP, 2022b).

### 3.2.2 Índia

A Índia é o segundo país mais populoso do mundo, e também um dos mais desiguais. Seu acelerado crescimento nas últimas décadas fez com que seu PIB no ano de 2020 chegasse a €7,09 trilhões em PPC (WORLD INEQUALITY DATABASE, 2022c). Isso faz da Índia a segunda maior economia da Ásia, atrás apenas da China quando calculado o PIB em PPC (em taxas de câmbio de mercado ficaria atrás também do Japão). De acordo com o relatório da ONU, seu IDH em 2019 foi de 0,645 – colocando o país na 131ª colocação no ranking mundial (ONU, 2020).

Diferente do Brasil, a Índia apresentou crescimento sustentado da renda ao longo de todo o século XXI, com exceção para o período 2019-2020, devido aos impactos econômicos da pandemia de Covid-19. A renda média por adulto mais que dobrou desde o ano 2000, porém não para todos os grupos de renda. Para os “B50”, a renda média cresceu apenas 50%, enquanto o decil mais rico viu sua renda média triplicar no mesmo período, ou seja, a renda deste decil cresceu seis vezes mais que a da metade mais pobre da população.

Na Índia, a extrema desigualdade deriva diretamente do sistema de castas que institucionalizou disparidades socioeconômicas, jurídicas e políticas entre os cidadãos. Surpreendentemente, documentamos um acentuado aumento da desigualdade de renda nas últimas décadas, que foi concomitante a profundas transformações na economia indiana. Desde sua independência em 1947 até a década de 1980, a economia indiana era altamente regulada e o governo perseguia um objetivo explícito de limitar o poder da elite econômica. A partir de meados da década de 1980, os governos indianos implementaram uma desregulamentação gradual e reformas de abertura econômica, como a privatização de empresas estatais, desregulamentação do controle de preços, abertura de mercados ao comércio internacional e forte queda da progressividade tributária. Tais transformações levaram a maiores taxas de crescimento da renda nacional do que nas décadas anteriores. Este crescimento, porém, foi distribuído de forma muito desigual, com os 0,1% mais ricos capturando tanto crescimento total quanto a metade inferior da população desde 1980. (ASSOUAD *et al.*, 2018, tradução livre)<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> “In India, extreme inequality derives directly from the caste system that institutionalized socio-economic, legal and political disparities among citizens. Strikingly, we document a sharp rise in income inequality over the last decades, which was concomitant to profound transformations in the Indian economy. From its independence in 1947 to the 1980s, India’s economy was highly regulated and the government pursued an explicit objective to limit the power of the economic elite. From the mid 1980s onwards, Indian governments implemented gradual deregulation and opening-up reforms, such as privatization of state-owned economies, price control deregulation, the opening of markets to international trade and strong decline in tax progressivity. Such transformations led to higher national income growth rates than in the previous decades but this growth was distributed very unequally, with the top 0.1% richest capturing as much total growth as the bottom half of the population since 1980.” (ASSOUAD *et al.*, 2018)

Para a Índia, os últimos dados que temos de distribuição de renda são de 2018, então este será o ano estudado, junto com 2010 e 2000. Assim, os dados são todos pré pandemia da Covid-19. No ano de 2018, os 10% do topo da distribuição receberam 57% da renda nacional, contra apenas 13% dos 50% da base e 30% da renda total recebida pelos 40% do meio da distribuição. Neste ano, a renda média se situava em torno de PPC €7.323. Para a metade mais pobre da população, porém, a renda média era de PPC €1.923, ou seja, menos de um terço da renda média nacional. Para os 40% do meio, a renda média foi de PPC €5.446. Assim, a renda média de 90% da população indiana foi de PPC €3.488, ou seja, menos da metade da média total do país. Naquele ano, se um indivíduo recebeu exatamente PPC €7.323, a média nacional, ele teve uma renda maior do que 84% da população. Por consequência, a renda dos 10% mais ricos é muito elevada, sendo mais de PPC €41.835, ou seja 5,7 vezes a média nacional. A tabela a seguir demonstra com mais detalhes a distribuição da renda nacional para três anos do século XXI: 2018, 2010 e 2000.

**Tabela 10 – Distribuição da renda na Índia: 2018**

Grupo de renda	Número de adultos (aprox.)	Piso da renda (PPC €)	Renda média (PPC €)	Parcela da renda nacional
população total	857 842 000	-	7.323	100,0%
50% da base	428 921 000	-	1.923	13,1%
40% do meio	343 136 800	3.371	5.446	29,7%
10% do topo	85 784 200	10.340	41.835	57,1%
1% do topo	8 578 420	68.983	159.159	21,7%
0,1% do topo	857 842	235.901	611.254	8,3%
0,01% do topo	85 784	966.061	2.540.337	3,5%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022c) e The World Bank Group (2022).

Séries baseadas em pesquisas e tabulações fiscais: 3/5

**Tabela 11 – Distribuição da renda na Índia: 2010**

Grupo de renda	Número de adultos (aprox.)	Piso da renda (PPC €)	Renda média (PPC €)	Parcela da renda nacional
população total	730 989 000	-	4.904	100,0%
50% da base	365 494 500	-	1.405	14,3%
40% do meio	292 395 600	2.460	3.979	32,5%
10% do topo	73 098 900	7.183	26.095	53,2%

<i>1% do topo</i>	7 309 890	43.567	106.122	21,6%
<i>0,1% do topo</i>	730 989	156.198	407262	8,3%
<i>0,01% do topo</i>	73 099	609.878	1.774.780	3,6%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022c) e The World Bank Group (2022).

Séries baseadas em pesquisas e tabulações fiscais: 3/5

**Tabela 12 – Distribuição da renda na Índia: 2000**

Grupo de renda	Número de adultos (aprox.)	Piso da renda (PPC €)	Renda média (PPC €)	Parcela da renda nacional
população total	578 965 000	-	3.257	100,0%
50% da base	289 482 500	-	1.208	18,5%
40% do meio	231 586 00	2.091	3.302	40,6%
10% do topo	57 896 500	5.602	13.321	40,9%
<i>1% do topo</i>	5 789 650	24.139	50513	15,5%
<i>0,1% do topo</i>	578 965	65.263	162.757	5,0%
<i>0,01% do topo</i>	57 897	200.229	776.318	2,4%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022c) e The World Bank Group (2022).

Séries baseadas em pesquisas e tabulações fiscais: 3/5

As tabelas acima exprimem claramente o aumento da desigualdade da parcela da renda apropriada pelos diferentes grupos da população. A metade da população de menor renda recebia quase um quinto da renda total em 2000, mas em 2018 recebeu apenas 13% da renda total. Os 40% do meio recebiam 41% da renda total em 2000, número em consonância com um nível de “igualdade total”, porém 18 anos depois esse grupo passou a receber menos de um terço da renda total. Enquanto essas classes inferiores tiveram sua parcela da renda comprimida, o decil superior teve um aumento expressivo na parcela da renda nacional apropriada, de receber 41% da renda total no início do século XXI para 57%. Assim, o crescimento da renda nacional no século atual foi apropriado muito mais fortemente pelos mais ricos do que pelos mais pobres. A relação T10/B50 que era de 11 no ano de 2000 (a renda dos indivíduos do T10 era 11 vezes maior que a renda dos indivíduos do B50) subiu para 19 em 2010 e depois para 22 em 2020. Assim, a relação T10/B50 dobrou no período, evidenciando um expressivo aumento na desigualdade de renda.

O sistema indiano de salários mínimos é um dos mais complicados do mundo. A legislação sobre o assunto, que data de 1948, determina que o governo apropriado deve fixar valores para

salários mínimos de acordo com diferentes ocupações (ILO, 2018). Isso traz três implicações importantes: os salários mínimos são decididos por autoridades diferentes em diferentes tipos de empresas; o salário mínimo é definido apenas para alguns trabalhadores em algumas ocupações, assim nem todos os trabalhadores são cobertos por ele; existe um número grande de valores de salário mínimo variando de acordo com o Estado indiano (ILO, 2018). No geral, a Índia tem um sistema complexo de salários mínimos, não aplicável a todos os trabalhadores, e muitas vezes estabelecido de forma arbitrária e por diferentes autoridades - tornando difícil monitorar e fazer cumprir os inúmeros salários mínimos vigentes (BELSER; RANI, 2010).

Somado a esses pontos está a dificuldade de acesso a dados sobre os diferentes salários mínimos no ano de 2000. Assim, escolheu-se de forma arbitrária utilizar na comparação seguinte o salário mínimo definido para o trabalhador agrícola não qualificado na região de Nova Deli, devido à disponibilidade dos dados. Nova Deli é onde estão os maiores salários mínimos da Índia, chegando a quase o triplo de outras regiões no ano de 2000.

**Tabela 13 – Salário mínimo e renda média na Índia**

Ano	Renda média corrente (₹)	Renda média em PPC (€)	Salário mínimo corrente (₹)	Salário mínimo em PPC (€)	Proporção SM/ renda média
2020	182.497	7.015	105.600	4.059	57,9%
2018	176.215	7.323	92.928	3.862	52,7%
2010	78.476	4.904	47.664	2.970	60,6%
2000	31.495	3.257	26.928	2.785	85,5%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022c), Índia (2022), Kancharla (2020), WageIndicator, Paycheck.in (2022), Índia (*S. d.*).

Salário mínimo utilizado é para trabalhadores agrícolas em Nova Deli. O salário anual foi calculado multiplicando o salário diário por 22 dias de trabalho mensais, multiplicado por 12 meses.

A tabela demonstra que o poder de compra do SM de 2000 para 2010 se manteve estável, porém em 2020 cresceu cerca de 35% em relação aos outros dois anos estudados. A renda média, por sua vez, cresceu 50% de 2000 para 2010, e cresceu mais 43% na década subsequente. Assim, um crescimento mais acelerado da renda do que do salário mínimo levou a uma queda na proporção do salário mínimo em relação à renda média. Essa proporção em 2000 chegava a 85%, ou seja, o salário mínimo tinha um poder de compra equivalente a quase nove décimos do poder de compra da renda média nacional. Em 2010 esse valor diminuiu para 60%, e caiu para 53% em 2018. Em



2020, porém, a proporção sobe novamente para próximo dos 60%, impulsionado pela queda da renda média causada pelos efeitos econômicos da pandemia da Covid-19, somado ao aumento do salário mínimo. Assim, observa-se uma tendência de queda na proporção do salário mínimo sobre a renda média até 2018, acompanhando a tendência de queda da parcela da renda apropriada pelo “B50” da Índia no período.

Quanto à desigualdade de gênero, a Índia apresenta níveis alarmantes. Em 2020, as mulheres indianas receberam apenas 18,3% da renda do trabalho recebida no país. Isto é significativamente menor do que a média na Ásia (21%, excluindo a China). Este valor também é um dos mais baixos do mundo, ligeiramente superior à parcela média no Oriente Médio (15%). Apesar de extremamente baixo, o número cresceu 62% desde 2000, quando era de 11,3% (CHANCEL *et al.*, 2021). A participação feminina no mercado de trabalho apresenta nível parecido ao da parcela da renda feminina, porém com tendência oposta. As mulheres, que eram 25,8% da força de trabalho indiana no começo do século, passaram a 23,4% em 2010, até o menor valor no período de 20% em 2020 (THE WORLD BANK GROUP, 2022c).

### 3.2.3 México

O México tem o segundo maior PIB nominal da América Latina, assim como a segunda maior população, atrás do Brasil nos dois quesitos. Seu PIB em PPC no ano de 2020 foi de €1,78 trilhões. De acordo com o relatório da ONU, seu IDH em 2019 foi de 0,779 - colocando o país na 74a colocação no ranking mundial (ONU, 2020). Assim como no Brasil, a distribuição de renda no México é extremamente desigual, com os 10% mais ricos recebendo mais de 60% da renda nos últimos anos. O país apresentou crescimento econômico conturbado nas últimas duas décadas, passando por alguns anos de recessão que fizeram com que a renda média em 2000 (PPC €20 534) fosse maior que 20 anos depois (PPC €16 673). O único grupo da população que viu sua renda média atingir níveis superiores foram os 1% mais ricos, enquanto a renda média da população encolheu. Por consequência, a parcela da renda nacional desse grupo subiu de 18% em 2000, para 26% em 2010 e finalmente 28% em 2020. A tabela a seguir demonstra com mais detalhes a distribuição da renda nacional para três anos do século XXI: 2020, 2010 e 2000.

**Tabela 14 – Distribuição da renda no México: 2020**

Grupo de renda	Número de adultos (aprox.)	Piso da renda (PPC €)	Renda média (PPC €)	Parcela da renda nacional
população total	84 222 000	-	16.673	100,0%
50% da base	42 111 000	-	2.803	8,4%
40% do meio	33 688 800	5.677	12.715	30,5%
10% do topo	8 422 200	31.813	101.854	61,1%
1% do topo	842 220	141.223	473.764	28,4%
0,1% do topo	84 222	1.071.416	1.750.002	10,5%
0,01% do topo	8 422	2.153.396	3.545.478	2,1%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022d) e The World Bank Group (2022).

Séries baseadas em tabulações fiscais e microdados de pesquisa: 4/5

**Tabela 15 – Distribuição da renda no México: 2010**

Grupo de renda	Número de adultos (aprox.)	Piso da renda (PPC €)	Renda média (PPC €)	Parcela da renda nacional
população total	69 282 000	-	18.493	100,0%
50% da base	34 641 000	-	2.831	7,7%
40% do meio	27 712 800	6.199	14.554	31,5%
10% do topo	6 928 200	36.671	112.553	60,9%
1% do topo	692 820	179.071	473.670	25,6%
0,1% do topo	69 282	801.572	1.689.342	9,1%
0,01% do topo	6 982	2.744.528	3.212.238	1,7%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022d) e The World Bank Group (2022).

Séries baseadas em tabulações fiscais e microdados de pesquisa: 4/5

**Tabela 16 – Distribuição da renda no México: 2000**

Grupo de renda	Número de adultos (aprox.)	Piso da renda (PPC €)	Renda média (PPC €)	Parcela da renda nacional
população total	55 471 000	-	20.534	100,0%
50% da base	27 735 500	-	3.442	8,4%
40% do meio	22 188 400	7.496	18.459	36,0%
10% do topo	5 547 100	48.605	114.295	55,6%
1% do topo	554 710	193.190	375.532	18,3%
0,1% do topo	55 471	534.991	687.145	3,4%

0,01% do topo 5 547 839.277 910.993 0,4%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022d) e The World Bank Group (2022).

Séries baseadas em tabulações fiscais e microdados de pesquisa: 4/5

As tabelas demonstram desde o início do século o aumento vertiginoso da renda dos grupos mais ricos, aqueles que compõem 0,1% da população adulta mexicana. A renda desses indivíduos cresceu 146% nos primeiros 10 anos estudados, e ainda cresceu 4% nos 10 anos subsequentes, apesar da queda 11% na renda média da população. A metade mais pobre da população, por sua vez, viu sua renda diminuir mais de 20% entre 2000 e 2010, e depois de dez anos se manter no mesmo nível. O grupo dos 40% “do meio”, porém, foram os que tiveram sua renda média mais comprimida nesses 20 anos: sua renda caiu 27% de 2000 para 2010, e reduziu mais 14% nos 10 anos subsequentes. A relação T10/B50 que era de 33 no ano de 2000 (a renda dos indivíduos do T10 era 33 vezes maior que a renda dos indivíduos do B50) subiu para 40 em 2010 e depois caiu para 36 em 2020. Assim, a relação T10/B50 que já era muito elevada aumentou no período, expressando um aumento na desigualdade de renda.

O salário mínimo mexicano é definido pelo governo central, havendo diferentes valores de acordo com a ocupação e a região. Por não conseguir abranger todas as ocupações possíveis, existe um piso geral para todas as profissões, que será utilizado em nossa análise. Em 2000 e 2010 o território nacional era dividido em três regiões geográficas (A, B e C), para as quais variava o valor do SM, e nesses anos usaremos a região B por apresentar a mediana dos três valores. Em 2020, o SM era diferenciado apenas para duas regiões: a “Zona Libre de la Frontera Norte” e o resto do país. A primeira foi criada com o intuito de desincentivar a imigração para os Estados Unidos, oferecendo maior salário mínimo na região e benefícios fiscais para as empresas (MÉXICO, 2022). Por ser uma pequena parte do país com tratamento especial, para 2020 utilizaremos o SM para o resto do país. O salário anual foi calculado multiplicando o salário diário por 22 dias de trabalho mensais, multiplicado por 12 meses.

**Tabela 17 – Salário mínimo e renda média no México**

Ano	Renda média corrente (\$)	Renda média em PPC (€)	Salário mínimo corrente (\$)	Salário mínimo em PPC (€)	Proporção SM/ renda média
2020	216.459	16.673	32.530	2.506	15,0%

2010	159.617	18.493	14.742	1.708	9,2%
2000	98.900	20.534	9.266	1.924	9,4%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022d) e México (2021).

No caso do México, de 2000 a 2010 os ganhos nominais de 60% no salário mínimo não significaram uma melhora no poder de compra do mesmo, que caiu 26%. A renda média no período tinha caído 11%, ou seja, a queda no poder de compra do SM foi maior que da renda média da população. Nesse período observa-se que a proporção SM/RM se manteve estável. Na comparação de 2010 a 2020, o SM nominal mais que dobrou, o que significou um ganho de 47% no seu poder de compra. Esse ganho em PPC, juntamente com a queda da renda média levou a um aumento da proporção SM/RM na ordem de 60% para 2020, em comparação com os anos anteriores estudados. Ainda assim, essa proporção no valor de 15% está muito abaixo do padrão observado nos outros países estudados. A renda média dos B50, principais afetados pelo valor do salário mínimo, foi em 2020 apenas 17% da renda média nacional.

O México também vem seguindo a tendência global de maior apropriação da renda do trabalho por parte das mulheres, indicando melhora na desigualdade de gênero. Em 2000 esse valor era de 24,8%, e em 2010 era 30,8%. Apesar dessa tendência, o cenário ainda é bem desigual: para 2020, apenas 33,2% da renda total do trabalho foi recebida por mulheres, contra os 66,8% restantes por homens. O México encontra-se abaixo da média latino-americana nesse quesito, que é de 35% da renda do trabalho apropriada pelas mulheres. Quanto à composição da força de trabalho mexicana, 38,1% eram mulheres. Esse valor cresceu 5 pontos percentuais ao longo do século, já que era de 33,8% em 2000 (THE WORLD BANK GROUP, 2022d).

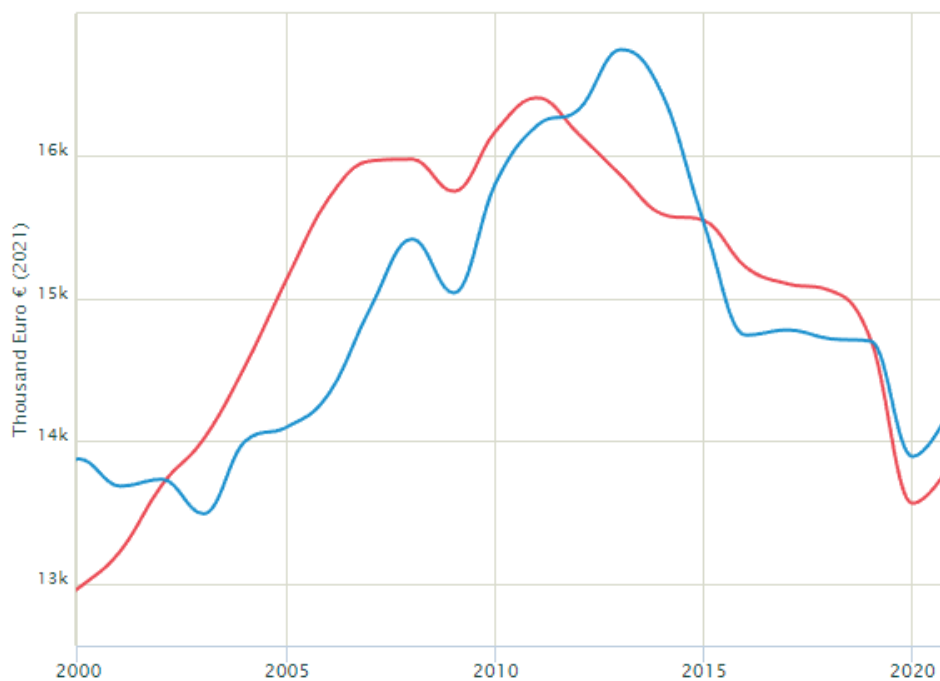
### 3.2.4 África do Sul

A África do Sul é o sexto país mais populoso do continente africano, com aproximadamente 59 milhões de habitantes em 2020. O país possui também o terceiro maior PIB em PPC do continente, na ordem de PPC € 612 bilhões, atrás apenas de Egito (PPC € 940 bilhões) e Nigéria (PPC € 779 bilhões). De acordo com o relatório da ONU, seu IDH em 2019 foi de 0,709 - colocando o país na 114a colocação no ranking mundial (ONU, 2020).

A evolução da renda média por adulto sul-africana apresentou tendência parecida com a brasileira no século XXI. A renda cresceu a taxas elevadas do início do século até 2011, quando

começou a cair até em 2020 chegar a PPC €13 564, nível próximo de 2000 (PPC €12 971). O gráfico abaixo mostra a evolução da renda média em PPC na África do Sul, juntamente com a do Brasil no período de 2000 a 2021. As linhas mostram trajetórias muito parecidas seguidas pelos dois países, com a renda média atingindo seu pico em 2011 na África do Sul e em 2013 no Brasil.

**Gráfico 5 – Trajetória da renda média nacional: comparativo entre África do Sul e Brasil no século XXI**



I

Linha azul: Brasil; Linha vermelha: África do Sul.

Fonte: World Inequality Database (2022e).

Dentre os países grandes, a África do Sul é um dos mais desiguais do mundo, mais do que Brasil e Índia. O decil mais rico da população recebe dois terços da renda nacional, enquanto a metade mais pobre da população recebe um vigésimo da renda nacional.

Na África do Sul, a extrema desigualdade está intimamente relacionada ao legado do sistema do Apartheid. Até o início da década de 1990, apenas a minoria branca, representando cerca de 10% da população, tinha plena mobilidade e direitos de propriedade. Hoje essa minoria constitui praticamente a totalidade dos indivíduos dos 10% superiores da distribuição de renda. É certo que existe uma pequena elite econômica dentro da elite racial que se beneficiou do fim das sanções econômicas internacionais. Ainda assim, a África do Sul se destaca como um país

marcado pela persistência histórica de privilégios raciais. (ASSOUAD *et al.*, 2018, tradução livre)<sup>8</sup>.

Vamos nos aprofundar nos dados de renda observados no país nos três anos chaves deste trabalho. As séries de dados de renda pré-impostos da África do Sul são derivados apenas com tabulações fiscais, cujos valores são corrigidos e redimensionados de forma a corresponder aos agregados macroeconômicos nacionais.

**Tabela 18 – Distribuição da renda na África do Sul: 2020**

Grupo de renda	Número de adultos (aprox.)	Piso da renda (PPC €)	Renda média (PPC €)	Parcela da renda nacional
população total	37 798 000	-	13.564	100,0%
50% da base	18 899 000	-	1.430	5,3%
40% do meio	15 119 200	3.253	9.557	28,3%
10% do topo	3 779 800	29.464	90.260	66,5%
1% do topo	377 980	165.061	297.486	21,9%
0,1% do topo	37 798	458.157	825.729	6,1%
0,01% do topo	3 799	1.271.700	2.291.962	1,7%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022f) e The World Bank Group (2022).

Séries baseadas em tabulações de renda fiscal redimensionada para corresponder aos agregados macroeconômicos: 3/5

**Tabela 19 – Distribuição da renda na África do Sul: 2010**

Grupo de renda	Número de adultos (aprox.)	Piso da renda (PPC €)	Renda média (PPC €)	Parcela da renda nacional
população total	30 730 000	-	16.176	100,0%
50% da base	15 365 000	-	2.552	7,9%
40% do meio	12 292 000	4.937	12.410	30,7%
10% do topo	3 073 000	40.406	99.360	61,4%
1% do topo	307 300	164.217	303.634	18,8%

<sup>8</sup> “In South Africa, extreme inequality is closely related to the legacy of the Apartheid system. Until the early 1990s, only the white minority, representing about 10% of the population and roughly constituting the top 10% of the income distribution today, had full mobility and ownership rights. Admittedly, there is a small economic elite within the racial elite that has benefitted from the end of international economic sanctions. Nevertheless, South Africa stands out as a country marked by the historical persistence of racial privileges.” (ASSOUAD *et al.*, 2018).

<i>0,1% do topo</i>	30 730	465.461	860.629	5,3%
<i>0,01% do topo</i>	3 073	1.319.314	2.439.389	1,5%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022f) e The World Bank Group (2022).

Séries baseadas em tabulações de renda fiscal redimensionada para corresponder aos agregados macroeconômicos: 3/5

**Tabela 20 – Distribuição da renda na África do Sul: 2000**

Grupo de renda	Número de adultos (aprox.)	Piso da renda (PPC €)	Renda média (PPC €)	Parcela da renda nacional
população total	25 935 000	-	12.971	100,0%
50% da base	12 967 500	-	2.641	10,2%
40% do meio	10 374 000	5.099	11.779	36,3%
10% do topo	2 593 500	33.780	69.388	53,5%
<i>1% do topo</i>	259 350	111.839	200.225	15,4%
<i>0,1% do topo</i>	25 935	303.002	542.463	4,2%
<i>0,01% do topo</i>	2 594	820.916	1.469.681	1,1%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022f) e The World Bank Group (2022).

Séries baseadas em tabulações de renda fiscal redimensionada para corresponder aos agregados macroeconômicos: 3/5

As tabelas demonstram como os altos níveis de desigualdade no ano de 2000 convergiram para níveis ainda mais elevados no período estudado. Mesmo com a renda média total crescendo 25% entre 2000 e 2010, a renda dos B50 caiu 3%. No período subsequente, a renda média da população caiu 16%, porém o poder de compra da renda da metade mais pobre da população caiu mais que o triplo disso, chegando a uma redução de 56%. No primeiro período, a renda dos T10 cresceu 43%, muito acima do ocorrido para toda população. No período subsequente (de 2010 a 2020) sua queda foi de 9%, quase metade da queda enfrentada pela população total. Isso expõe como o crescimento econômico sul-africano é principalmente capturado pelos mais ricos, enquanto que a recessão impacta mais na população mais pobre. A relação T10/B50 que era de 26 no ano de 2000 subiu vertiginosamente até atingir o valor de 39 em 2010. E, 2020, porém esse indicador chegou em 63: um adulto do decil mais rico ganha em média 63 vezes mais que um adulto da metade mais pobre da população. Esse valor é o mais alto registrado dentre os mais de 120 países em mais de 50 anos, países e período para os quais a WID tem dados disponíveis. Por

esse parâmetro, pode se afirmar que a África do Sul, 30 anos depois do fim do Apartheid, é o país mais desigual do mundo.

O salário mínimo nacional só foi instaurado no país em 2019, com a promulgação do “*National Minimum Wage Act*”. A nova legislação foi resultado de um longo período de debate sobre o tema no país, onde a taxa de desemprego não caiu abaixo de 24% desde 2010, e cresceu até chegar a 29% em 2020. A lei não veio sem controvérsias: opositores alegavam que um salário mínimo aumentaria os níveis de desemprego, enquanto outros argumentavam que o salário proposto não era suficiente para proporcionar uma melhor renda aos trabalhadores. Fica abaixo a tabela da proporção SM/RM para 2020, apesar de não ser possível fazer comparações com os anos de 2000 e 2010 pela inexistência de salário mínimo nacional nesses anos.

**Tabela 21 – Salário mínimo e renda média na África do Sul**

Ano	Renda média corrente (R)	Renda média em PPC (€)	Salário mínimo corrente (R)	Salário mínimo em PPC (€)	Proporção SM/ renda média
2020	122.415	13.564	42.000	4.654	34,3%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022f) e Expatica South Africa (2022).

A proporção SM/RM observada para 2020 se aproxima com aquela observada no Brasil no mesmo ano (32,68%), assim como os valores dos salários mínimos em PPC nos diferentes países para o mesmo ano (€4.539,88 no Brasil). Apesar disso, a parcela da renda recebida pelos B50 na África do Sul (5,27%) representou quase metade daquela recebida pelo mesmo grupo no Brasil (9,8%). No caso da África do Sul, a diferença gritante entre o SM em PPC e a renda média dos indivíduos do B50 - o SM é mais que o triplo da renda média desse grupo - evidencia como o valor do SM influencia pouco na renda desse grupo. Espantosamente, um indivíduo que recebeu o salário mínimo no ano de 2020 encontra-se no 58o percentil da escala da distribuição de renda, ou seja, esse indivíduo teve renda maior que 57% da população sul-africana.

Apesar da renda nacional ser extremamente mal distribuída, a parcela da renda do trabalho recebida pelas mulheres não está fora da curva internacional, estando até um pouco acima dela. No ano de 2020, as mulheres receberam 36,3% da renda do trabalho, muito acima da média da África Subsaariana (28%). Essa participação mantém uma tendência de crescimento em todo o



século XXI. No primeiro ano do século, essa parcela era de 29,6%, e subiu 3 pontos percentuais até o ano de 2010, em que foi de 33,7% (CHANCEL *et al.* 2021). Quanto à participação na força de trabalho, essa era de 41,7% em 2000, subiu para 43,6% em 2010 e chegou a 44,7% em 2020, acima do valor brasileiro (42,8%) (THE WORLD BANK GROUP, 2022e).

### 3.2.5 Turquia

A Turquia é um país euro-asiático de 84 milhões de habitantes. Em 2020 o país foi a quinta maior economia da Europa, com um PIB em PPC próximo de € 1,78 trilhões, valor próximo do PIB do Reino Unido. Em contraste, no ranking da renda média por adulto a Turquia está abaixo da 15a colocação europeia, tendo em 2020 renda média de PPC € 26.484, próximo do valor da Estônia e República Tcheca. De acordo com o relatório da ONU, em 2019 seu IDH foi de 0,820 - colocando o país na 54a colocação no ranking mundial (ONU, 2020).

A Turquia é também um dos países mais desiguais do seu continente, sendo a Europa o continente com a renda melhor distribuída no mundo. Em 2020, apenas 10% da população turca recebeu mais da metade (55%) da renda nacional, sendo a parcela de renda mais concentrada nos T10 dentre todos os países europeus. Somado a isso, é também o país europeu em que a metade mais pobre da população recebeu a menor parcela da renda nacional, recebendo apenas 12% em 2020. Por consequência, sua proporção T10/B50 foi a maior da Europa naquele ano, com os indivíduos pertencentes ao grupo dos 10% mais ricos recebendo em média 23 vezes mais do que a metade mais pobre da população. Vamos nos aprofundar nesses dados a seguir. As séries de distribuição de renda da Turquia, diferente dos outros analisados, são derivadas apenas de pesquisas domiciliares, sem complementação dos dados fiscais. O que sabemos sobre esse tipo de dados é que eles tendem a subestimar a renda dos mais ricos, enquanto sobre-estimam a renda dos mais pobres.

**Tabela 22 – Distribuição da renda na Turquia: 2020**

Grupo de renda	Número de adultos (aprox.)	Piso da renda (PPC €)	Renda média (PPC €)	Parcela da renda nacional
população total	57 325 000	-	26.484	100,0%
50% da base	28 662 500	-	6.311	11,9%
40% do meio	22 930 000	12.055	22.257	33,6%

10% do topo	5 732 500	55.434	144.254	54,5%
1% do topo	573 250	251.342	498.844	18,8%
0,1% do topo	57 325	686.878	1.221.619	4,6%
0,01% do topo	5 733	1.679.420	3.149.113	1,2%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022g) e The World Bank Group (2022).

Séries baseadas em pesquisas de alta ou média qualidade para as quais não há dados fiscais disponíveis. As correções imputadas são aplicadas para compensar a falta de dados fiscais: 2/5

**Tabela 23 – Distribuição da renda na Turquia: 2010**

Grupo de renda	Número de adultos (aprox.)	Piso da renda (PPC €)	Renda média (PPC €)	Parcela da renda nacional
população total	43 604 000	-	20.077	100,0%
50% da base	21 892 000	-	5.839	14,5%
40% do meio	17 441 600	10.413	17.174	34,2%
10% do topo	4 360 400	38.461	102.883	51,2%
1% do topo	436 040	176.247	391.773	19,5%
0,1% do topo	43 604	556.770	966.906	4,8%
0,01% do topo	4 360	1.287.953	2.380.130	1,2%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022g) e The World Bank Group (2022).

Séries baseadas em pesquisas de alta ou média qualidade para as quais não há dados fiscais disponíveis. As correções imputadas são aplicadas para compensar a falta de dados fiscais: 2/5

**Tabela 24 – Distribuição da renda na Turquia: 2000**

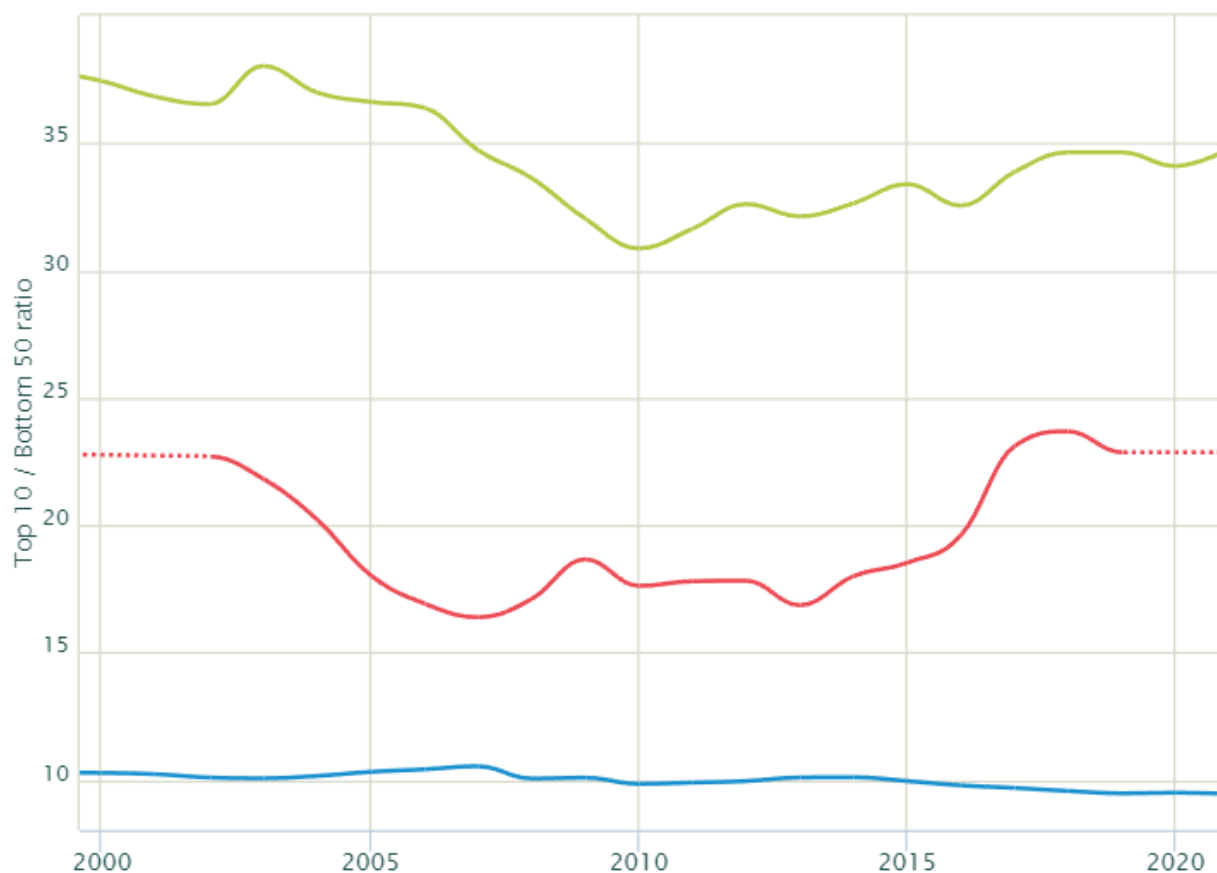
Grupo de renda	Número de adultos (aprox.)	Piso da renda (PPC €)	Renda média (PPC €)	Parcela da renda nacional
população total	37 512 000	-	17.059	100,0%
50% da base	18 756 000	-	4.174	12,2%
40% do meio	15 004 800	7.173	13.684	32,1%
10% do topo	3 751 200	30.291	94.983	55,7%
1% do topo	375 120	159.209	378.373	22,2%
0,1% do topo	37 512	502.541	934.394	5,5%
0,01% do topo	3 751	1.157.260	2.339.614	1,4%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022g) e The World Bank Group (2022).

Séries baseadas em pesquisas de alta ou média qualidade para as quais não há dados fiscais disponíveis. As correções imputadas são aplicadas para compensar a falta de dados fiscais: 2/5

Entre o primeiro e o último anos, pode-se observar o crescimento acumulado da renda média de 55%, valor próximo aos do crescimento da renda média dos T10 e dos B50. As parcelas da renda nacional recebidas pelos B50 e os 40% “do meio” aumentaram em 2010 em comparação a 2000, enquanto caiu para os T10 e T1. Em 2020, porém, esses valores retrocederam para valores muito próximos aos de 2000, a exceção dos 1% mais ricos. O T10/B50 no ano 2000 era de 23, caiu para 18 em 2010, mas retornou para os mesmos 23 em 2020. O gráfico abaixo mostra a evolução da proporção T10/B50 da Turquia, Europa e Oriente Médio no período (geograficamente a Turquia faz parte dessas duas regiões, mas a divisão regional da DINA inclui o país no Oriente Médio).

**Gráfico 6 – Trajetória da variável T10/B50: comparativo entre Turquia, Europa e Oriente Médio no século XXI**



Linha azul: Europa; Linha vermelha: Turquia; Linha verde: Oriente Médio.

Fonte: World Inequality Database (2022h).

Observa-se uma tendência de queda na proporção T10/B50 turca até 2007, em direção a um valor mais próximo do europeu. Em 2008, mesmo ano da crise econômica que afetou grande parte do globo, há um ponto de inflexão na curva T10/B50, que sofre pequenas flutuações até 2013. A partir daí, a curva cresce até voltar a valores ligeiramente acima do ano 2000, intermediários entre as duas regiões, porém mais próximos daqueles do Oriente Médio que da Europa. Assim, o país apresentou queda na desigualdade de renda entre 2000 e 2007, mas retrocedeu nesse sentido nos anos seguintes até 2020.

O salário mínimo turco é definido anualmente pela “*Minimum Wage Determination Commission*” e abrange todos os setores e regiões do país. Segue abaixo a tabela de comparação do valor do salário mínimo em proporção à renda média turca para os três anos explorados.

**Tabela 25 – Salário mínimo e renda média na Turquia**

Ano	Renda média corrente (₺)	Renda média em PPC (€)	Salário mínimo corrente (₺)	Salário mínimo em PPC (€)	Proporção SM/ renda média
2020	71.908	26.484	35.316	13.007	49,1%
2010	20.851	20.077	9.120	8.781	43,7%
2000	3.861	17.059	1.426	6.299	36,9%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do World Inequality Database (2022g) e Eurostat (2022).

São observados significativos ganhos no poder de compra do salário mínimo durante o período observado. O valor corrente do salário mínimo foi multiplicado por 24, porém o aumento no nível de preços foi tal que levou o poder de compra do SM a dobrar entre 2000 e 2020. Como a proporção SM/RM aumentou, o SM teve um crescimento acumulado (107%) maior que aquele da renda média da população (55%), o que significa que aqueles que recebem o SM viram sua renda crescer quase duas vezes mais rápido que a média do resto da população. Isso significa que os assalariados que recebem salário mínimo viram aumentar sua parcela da renda nacional. Isso, porém, não representou um aumento na parcela da renda recebida pela metade mais pobre da população, que foi em 12% em 2010, subiu para 14,5% em 2010, mas caiu novamente para 12% em 2020.

No que toca a desigualdade de gênero, a Turquia apresenta índices problemáticos, próximos daqueles da Índia. No primeiro ano do século XXI, apenas 15,8% dos rendimentos do

trabalho no país foram recebidos por mulheres. Em 2010 esse número subiu para 17,8%, e em 2020 foi para 23,3% (CHANCEL *et al.*, 2021). Apesar de acompanhar a tendência de crescimento na participação dos rendimentos do trabalho pela população feminina, o país apresenta níveis muito baixos, já que a média global foi de 35% em 2020. As mulheres também representaram em 2019 apenas 32,2% da força de trabalho do país. Em comparação, no Brasil a participação feminina na força de trabalho foi de 44% em 2020. Apesar disso, a tendência é positiva, já que as mulheres turcas eram 27,6% da força de trabalho em 2000, o que representa um aumento de 17% na participação feminina no mercado de trabalho turco (THE WORLD BANK GROUP, 2022f).

Iremos agora analisar os dados de distribuição de países ricos, como contraponto aos países em desenvolvimento observados até então.

### 3.2.5 Estados Unidos

Os Estados Unidos são a maior potência econômica global desde meados do século XX, mas apresenta níveis altos de desigualdade em comparação aos outros países ricos. Seu PIB em 2020 foi de PPC €15,26 trilhões, valor que o coloca na 2ª colocação mundial, atrás da China cujo PIB em PPC foi quase 50% maior, no valor de €21,9 trilhões. Em taxas de câmbio de mercado, porém, os EUA possuem o maior PIB do mundo, chegando a €18 trilhões em 2020, mais de 20% maior que o da China (€14,2 trilhões). Em 2020, sua população foi de 329,5 milhões de habitantes, a maior do continente americano. De acordo com o relatório da ONU, em 2019 seu IDH foi de 0,926 - colocando o país na 17ª colocação no ranking mundial (ONU, 2020).

Em 2020, a renda média por adulto nos EUA foi de PPC €51 887, o maior valor entre os dez países de maior PIB - o que é facilitado pelos outros dois países de maiores rendas (Índia e China) possuírem populações enormes. Os Estados Unidos apresentaram tendência de crescimento da renda média ao longo do século XXI, com exceção de 2007 a 2009, período afetado pela Crise do Subprime, e 2020, ano de recessão econômica em decorrência da pandemia da Covid-19. A economia americana, porém, é uma das mais desiguais entre os países ricos, com distribuição muito distinta dos países europeus. Em 2020, um quinto da renda nacional foi recebido por apenas 1% da população adulta. A metade mais pobre da população adulta, por sua vez, recebeu apenas 13,6% da renda nacional. Nas tabelas a seguir vamos nos aprofundar na distribuição de renda estadunidense nos anos de 2020, 2010 e 2000.

**Tabela 26 – Distribuição da renda nos Estados Unidos: 2020**

Grupo de renda	Número de adultos (aprox.)	Piso da renda (PPC €)	Renda média (PPC €)	Parcela da renda nacional
população total	247 905 000	-	51.887	100,0%
50% da base	123 952 500	-	14.087	13,6%
40% do meio	99 162 000	41.884	52.840	40,7%
10% do topo	24 790 500	135.680	237.074	45,7%
<i>1% do topo</i>	2 479 050	451.454	989.149	19,1%
<i>0,1% do topo</i>	247 905	1.954.655	4.411.085	8,5%
<i>0,01% do topo</i>	24 791	8.731.534	19.632.376	3,8%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022i) e The World Bank Group (2022).

Séries baseadas em microdados fiscais de alta qualidade e microdados de pesquisa: 5/5

**Tabela 27 – Distribuição da renda nos Estados Unidos: 2010**

Grupo de renda	Número de adultos (aprox.)	Piso da renda (PPC €)	Renda média (PPC €)	Parcela da renda nacional
população total	225 336 000	-	47.693	100,0%
50% da base	112 668 000	-	13.185	13,8%
40% do meio	90 134 400	39.922	50.448	42,5%
10% do topo	22 533 600	124.663	209.214	43,9%
<i>1% do topo</i>	2 253 360	392.414	853.905	17,9%
<i>0,1% do topo</i>	225 336	1.651.102	3.881.689	8,6%
<i>0,01% do topo</i>	22 534	8.172.943	17.509.337	3,8%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022i) e The World Bank Group (2022).

Séries baseadas em microdados fiscais de alta qualidade e microdados de pesquisa: 5/5

**Tabela 28 – Distribuição da renda nos Estados Unidos: 2000**

Grupo de renda	Número de adultos (aprox.)	Piso da renda (PPC €)	Renda média (PPC €)	Parcela da renda nacional
população total	201 507 000	-	46.198	100,0%
50% da base	100 753 500	-	13.921	15,1%
40% do meio	80 602 800	41.089	48.718	42,5%
10% do topo	20 150 700	117.333	197.502	42,8%

<i>1% do topo</i>	2 015 070	375.643	801.331	17,4%
<i>0,1% do topo</i>	201 507	1.563.173	3.570.533	8,3%
<i>0,01% do topo</i>	20 151	7.337.646	15.928.187	3,7%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022i) e The World Bank Group (2022).

Séries baseadas em microdados fiscais de alta qualidade e microdados de pesquisa: 5/5

Observa-se um crescimento acumulado da renda média de 12% entre 2000 e 2020, crescimento idêntico ao dos B50. Em contrapartida, a renda do decil mais rico da população cresceu 20%, e o grupo dos 1% mais ricos viu sua renda média crescer 23%. Visto isso, a classe média estadunidense, representada pelos “40% do meio”, teve sua renda comprimida, crescendo apenas 8,5% no período. No caso dos Estados Unidos, o piso de renda necessário para estar dentro do grupo dos M40 é muito próximo do valor da renda média nacional. Nos países até então observados neste trabalho, a renda média era mais que o dobro desse piso, sendo o triplo no caso do México e chegando a mais de quatro vezes na África do Sul. O menor nível de pobreza dentro dos Estados Unidos, junto com a existência de uma classe média muito maior explicam essas divergências. Uma renda mais alta entre a metade mais pobre da população também explica o  $T10/B50=17$  nos Estados Unidos, menor entre os até então observados (o mais próximo é o da Índia com  $T10/B50=22$ , cujo valor é melhor explicado por uma renda menos elevada entre os T10). A divergência entre as taxas de crescimento da renda nos grupos observados levou a um aumento da proporção entre a renda média dos T10 e dos B50 de 21%, sendo de  $T10/B50=14$  no ano de 2000 e chegando a 17 em 2020. Algo interessante a se observar é que a crise de 2008 fez as rendas médias de todos os grupos da população caírem, porém essas se recuperaram relativamente rápido. Apesar disso, o único grupo em que observamos renda média menor em 2010 do que em 2000 é da metade mais pobre da população, já que a renda média deste só voltou a níveis pré crise de 2008 no ano de 2017. Os M40 tiveram sua renda recuperada ao nível de 2007 no ano 2013, enquanto T10 e o percentil mais rico da população recuperaram seu nível de renda pré-crise em 2012. Isso demonstra que mesmo a crise tendo impactado todos os grupos de renda, a recuperação da renda pós-crise foi muito mais rápida para os grupos mais ricos.

Nos Estados Unidos, existe um salário mínimo a nível federal, porém muitos estados da federação têm um salário mínimo próprio, que não pode ir abaixo do federal. Em alguns desses estados o salário mínimo chega ao dobro do federal. Um exemplo é a Califórnia, estado mais rico do país, onde o SM em 2020 chegou a 13 dólares por hora, quase o dobro do SM federal (\$7,25

por hora). Já que 21 dos 51 estados norte-americanos usam o salário mínimo federal, esse será o valor computado na nossa comparação. O valor anual foi calculado considerando uma jornada semanal de 40 horas, multiplicadas pelas 52 semanas anuais.

**Tabela 29 – Salário mínimo e renda média nos Estados Unidos**

Ano	Renda média corrente (\$)	Renda média em PPC (€)	Salário mínimo corrente (\$)	Salário mínimo em PPC (€)	Proporção SM/ renda média
2020	71,233	51,887	15,080	10,984	21,2%
2010	56,337	47,693	15,080	12,766	26,78%
2000	44,153	46,198	10,712	11,208	24,3%

Fonte: Elaborado pelo autor com de dados World Inequality Database (2022i) e Eurostat (2022).

Entre 2000 e 2010 houve um aumento no salário mínimo federal que levou a um ligeiro incremento na proporção SM/RM, que estava na casa de um quarto. No período subsequente, a renda média cresceu, mas o SM federal em valor corrente não foi alterado. Com isso, o aumento nos níveis de preços levou a uma queda no SM em PPC, o que provocou a uma queda na proporção SM/RM para perto de um quinto. A parcela da renda apropriada pelos B50, por sua vez, caiu entre 2000 e 2010, e entre 2010 e 2020 se manteve praticamente estável. Isso não demonstra correlação entre a proporção SM/RM e a renda recebida pelos B50, seja em valor absoluto ou como em parcela da renda total.

Quanto à desigualdade de gênero, os Estados Unidos apresentam níveis melhores que a média global. No primeiro ano do século XXI, 34,7% dos rendimentos do trabalho no país foram recebidos por mulheres. Em 2010 esse número subiu para 37,7%, e em 2020 foi para 39,4% (CHANCEL *et al.*, 2021). A participação feminina no mercado de trabalho, por sua vez, se manteve praticamente estável (cresceu apenas 1%), já que era de 45,8% em 2000, e foi para 46,3% em 2010 quando se manteve estável até 2020 (THE WORLD BANK GROUP, 2022g).

### 3.2.6 França

A França é a segunda maior economia europeia, com um PIB em 2020 no valor de PPC €1,83 trilhões. Aqui o país será usado como um exemplo de país rico onde a renda é distribuída de



forma menos desigual que os até então estudados. Diferente dos Estados Unidos, a França possui uma organização estatal que fornece benefícios universais (como saúde e educação gratuitos) financiados com tributos mais progressivos, que vem atenuando as desigualdades há décadas. Em 2020, sua população foi de 67,4 milhões de habitantes, a quarta maior do continente europeu. De acordo com o relatório da ONU, em 2019 seu IDH foi de 0,901 - colocando o país na 26a colocação no ranking mundial (ONU, 2020).

Em 2020, a renda média por adulto na França foi de PPC €34 725. A renda média francesa apresentou crescimento claro do início do século XXI até 2007, porém foi fortemente impactada pela crise econômica de 2008. Na segunda década do século, a renda voltou a crescer, até ser derrubada novamente em 2020, desta vez devido aos impactos econômicos da pandemia da Covid-19. Os impactos dessa segunda crise foram tão fortes que levaram a renda média para patamares abaixo daqueles registrados no ano de 2000. Nas tabelas a seguir vamos nos aprofundar na distribuição de renda francesa nos anos de 2020, 2010 e 2000.

**Tabela 30 – Distribuição da renda na França: 2020**

Grupo de renda	Número de adultos (aprox.)	Piso da renda (PPC €)	Renda média (PPC €)	Parcela da renda nacional
população total	67 390 000	-	34.725	100,0%
50% de baixo	33 695 000	-	15.781	22,7%
40% do meio	26 956 000	28.424	39.108	45,0%
10% do topo	6 739 000	63.829	111.907	32,2%
1% do topo	673 900	170.390	341.585	9,8%
0,1% do topo	67 390	546.699	1.152.672	3,3%
0,01% do topo	6 739	1.875.600	4.016.949	1,2%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022j) e The World Bank Group (2022).

Séries baseadas em tabulações fiscais e microdados de pesquisa: 4/5

**Tabela 31 – Distribuição da renda na França: 2010**

Grupo de renda	Número de adultos (aprox.)	Piso da renda (PPC €)	Renda média (PPC €)	Parcela da renda nacional
população total	65 030 000	-	37.129	100,0%
50% de baixo	32 515 000	-	16.367	22,0%

40% do meio	26 012 000	31.479	41.997	45,2%
10% do topo	6 503 000	70.935	121.471	32,7%
1% do topo	650 300	190.604	392.208	10,6%
0,1% do topo	65 030	631.676	1.381.897	3,7%
0,01% do topo	6 503	2.257.368	5.097.818	1,4%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022j) e The World Bank Group (2022).

Séries baseadas em tabulações fiscais e microdados de pesquisa: 4/5

**Tabela 32 – Distribuição da renda na França: 2000**

Grupo de renda	Número de adultos (aprox.)	Piso da renda (PPC €)	Renda média (PPC €)	Parcela da renda nacional
população total	60 910 000	-	36.391	100,0%
50% de baixo	30 455 000	-	15.379	21,1%
40% do meio	24 364 000	29.607	41.045	45,1%
10% do topo	6 091 000	70.119	122.839	33,7%
1% do topo	609 100	197.338	398.830	10,9%
0,1% do topo	60 910	651.895	1450.227	4,0%
0,01% do topo	6 091	2.276.034	5.268.879	1,5%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022j) e The World Bank Group (2022).

Séries baseadas em tabulações fiscais e microdados de pesquisa: 4/5

Como apontado anteriormente, a renda média da população caiu entre 2000 e 2020, e isso é verdade também dentro dos grupos percentis. Enquanto essa queda foi de cerca de 5% na população total, o grupo dos 0,01% mais ricos viram sua renda cair quase 24%. Junto com o Brasil, esses são os únicos países estudados em que a renda desse grupo foi menor em 2020 do que em 2000.

A renda do grupo do 40% “do meio” é a maior entre os países observados até agora, auferindo 45% da renda nacional francesa ao longo de todo o século XXI. Isso reflete o padrão de distribuição de renda europeu, com classes médias relativamente grandes. O grupo dos 10% mais ricos viu sua parcela da renda nacional cair 1 ponto percentual na primeira década observada, e mais meio ponto até chegar a 32% em 2020. A renda dos 50% da base representa cerca de um quinto da renda nacional, e viu sua parcela da renda crescer praticamente na mesma proporção em

que a parcela dos T10 caiu. Esse fenômeno levou o T10/B50 a cair de 8 (€122,839/€15,379) no ano de 2000 para 7,1 (€111,907/€15,781) em 2020. Além disso, todos os grupos mais ricos (1%, 0,1% e 0,01% do topo) viram sua parcela da renda nacional cair ao longo da década. Assim, pode-se afirmar que a França foi o único país entre os sete aqui estudados cuja desigualdade de renda caiu no século XXI (entre 2000 e 2020). Vamos agora às observações sobre o salário mínimo francês.

**Tabela 33 – Salário Mínimo e renda média na França**

Ano	Renda média corrente (€)	Renda média em PPC (€)	Salário mínimo corrente (€)	Salário mínimo em PPC (€)	Proporção SM/ renda média
2020	36.302	34.725	18.473	17.671	50,9%
2010	34.363	37.129	16.125	17.423	46,9%
2000	28.081	36.391	13.002	16.850	46,3%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de World Inequality Database (2022j) e Eurostat (2022).

A França é o país que apresentou a segunda maior proporção entre salário mínimo e renda média para 2020, atrás apenas da Índia. A renda média dos 50% da base indiana, porém, equivale à metade do salário mínimo do país. No caso francês, essa renda equivale a quase 90% do salário mínimo nacional. Por sabermos dos baixos níveis de pobreza na França, isso significa que o salário mínimo é um parâmetro muito mais relevante para indicar a renda da base da distribuição no caso francês do que no caso indiano. A proporção SM/RM se manteve estável entre 2000 e 2010, mas subiu 4 pontos percentuais no período subsequente. A queda na renda média entre 2010 e 2020 foi o principal fator que levou a proporção do salário mínimo em relação a esta aumentar entre esses anos: o salário mínimo corrente, em “euro francês” subiu 15%, mas isso levou a uma elevação de apenas 1% do seu valor em PPC.

Quanto à desigualdade de gênero na França, a participação feminina na renda do trabalho é igual a 41,2%. Esse valor é o maior entre os países aqui estudados (mais que o dobro do caso indiano), e está acima da média da Europa Ocidental (38%). Ela seguiu a tradição dos países da Europa Ocidental, crescendo cerca de 5% desde 1990, quando era de 36%. Em 2000 a parcela da renda do trabalho recebida pelas mulheres foi de 37,2%, e em 2010 de 40,2%. A participação feminina no mercado de trabalho apresentou crescimento quase constante ao longo do século: era

de 45,9% em 2000, foi para 47,5% em 2010, e chegou até 48,4% em 2020 (THE WORLD BANK GROUP, 2022h).

## 4 CONCLUSÃO

O presente trabalho foi formulado como um estudo exploratório, sem suposições prévias sobre as conclusões que seriam observadas ao se analisar os dados. A renda global é extremamente mal distribuída, se aproximando muito mais da distribuição vista no Oriente Médio do que de qualquer outra região. Ainda assim, o planeta está melhor em 2020 do que estava vinte anos atrás: é claro o aumento na parcela da renda apropriada pela maioria da população, enquanto diminui a proporção da renda mundial detida pelos 10% mais ricos e os grupos ainda mais ricos que estes. O decil mais rico da população, que recebia em média 40 vezes a renda de um indivíduo da metade da base da distribuição, agora recebe 31 vezes. Isso está longe do ideal, mas pode se dizer que é um avanço em direção a uma distribuição de renda menos desigual no planeta. Ao mesmo tempo, a diferença de renda entre os países diminuiu no século XXI, o que fez a renda entre os indivíduos dentro dos países passar a ter um peso maior no nível da distribuição global.

Ao analisarmos os países selecionados individualmente, diversos padrões foram observados. No Brasil esperava-se uma diminuição na desigualdade de renda ao longo do século XXI, especialmente devido aos programas de transferência de renda e o aumento sustentado do salário mínimo real durante o período. Se olharmos para a proporção T10/B50, porém, essa aumentou 3% no período - por esse parâmetro pode-se dizer que a desigualdade de renda brasileira é maior em 2020 do que no início do século XXI. Índia, México, África do Sul, Turquia e Estados Unidos apresentaram níveis maiores na proporção T10/B50 em 2020 do que em 2000 (Turquia apresentou níveis quase iguais nos dois anos, porém ainda um pouco maior em 2020). Assim, os países em desenvolvimento que já tinham níveis elevados de desigualdade no início do século ficaram ainda mais desiguais no fim do período estudado. Estados Unidos, que apresenta elevada desigualdade de renda para um país rico, também piorou sua distribuição de renda no período. Interessantemente, a França, o país que possui a distribuição menos desigual (T10/B50 foi metade daquele observado nos Estados Unidos) foi também o único que viu sua desigualdade diminuir ainda mais no período. Isso evidencia como o nível de renda de um país não determina a distribuição desta, e sim outros fatores como as instituições e políticas existentes em cada país.

Nesse trabalho também propôs-se observar os níveis de salários mínimos para cada ano em cada país, a fim de traçar possíveis relações entre a trajetória desses e o nível de renda dos indivíduos, especialmente daqueles da base da sua distribuição. É difícil apontar causalidade e

correlações, pois o impacto do salário mínimo na renda depende muito da efetividade de sua implementação como lei, da parcela da população que é contemplada por este, dos níveis de emprego formal, entre outras variáveis. Além disso, a distribuição da renda dentro do próprio B50 pode variar muito de um país para o outro. Em todos os países observados a proporção do salário mínimo em relação à renda média nacional cresceu ao longo do século XXI (com exceção de Estados Unidos e Índia). Ainda assim, a parcela da renda apropriada pelos 50% pobres caiu em todos esses países (com exceção de França e México). Assim, evidenciam-se resultados conflitantes entre as tendências da proporção SM/RM e a renda média dos B50.

Ainda, reservou-se um espaço para observar os dados de desigualdade de gênero da renda fornecidos pela WID e o Banco Mundial. Apesar de atualmente apenas cerca de um terço dos rendimentos do trabalho mundiais serem recebidos por mulheres, a trajetória ao longo do século XXI foi positiva. Isso também é válido dentro dos países observados, onde até aqueles com os piores níveis de desigualdade de gênero apresentaram melhora nas últimas duas décadas. A Índia apresentou o pior índice de 2020, com as mulheres recebendo menos de um quinto da renda do trabalho nacional, enquanto a França apresentou o melhor índice - as francesas receberam naquele ano 41% da renda do trabalho. Quanto à participação feminina no mercado de trabalho, a trajetória é decrescente no cenário internacional: as mulheres representavam 39,7% da força de trabalho em 2000, número que caiu para 39,2% em 2020. Coincidentemente, a trajetória é oposta em todos os países estudados individualmente, à exceção do caso indiano.

Por fim, concluímos que a trajetória global de distribuição de renda tem caminhado lentamente para um mundo menos desigual no século XXI. Apesar disso, dentro daqueles países que já apresentavam níveis elevados de desigualdade, o caminho tem sido na direção oposta. A organização e as decisões econômicas, políticas, sociais e institucionais são o que define como a renda é distribuída em uma economia. Assim, a divulgação de dados amplos e claros sobre desigualdade são imprescindíveis para que a sociedade e os formuladores de políticas busquem atenuar o conflito distributivo da melhor forma possível.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREDO, Fecundo *et al.* The Elephant Curve of Global Inequality and Growth. **AEA Papers and Proceedings**, [S.l.], v. 108, p. 103-108, 2018. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/pandp.20181073>. Acesso em: 12 mai. 2022.
- ALVAREDO, Fecundo *et al.* The Top 1 Percent in International and Historical Perspective. **Journal of Economic Perspectives**, [S.l.], v. 27, n. 3, p. 3-20, 2013. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.27.3.3>. Acesso em: 12 mai. 2022.
- ALVAREDO, Fecundo; ATKINSON, Anthony B. **Colonial rule, apartheid and natural resources: Top incomes in South Africa, 1903-2007**. London: Centre for Economic Policy Research, v. 8155, p. 1-66, 2010. Disponível em: [https://www.parisschoolofeconomics.eu/IMG/pdf/DP8155\\_SouthAfrica.pdf](https://www.parisschoolofeconomics.eu/IMG/pdf/DP8155_SouthAfrica.pdf). Acesso em: 12 mai. 2022.
- ANADOLU AGENCY. **Turkey to raise minimum wage by 21.56% in 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/economy/turkey-to-raise-minimum-wage-by-2156-in-2021/2090819>. Acesso em: 22 set. 2022.
- ASSOUAD, Lyndia; CHANCEL, Lucas; MORGAN, Marc. Extreme Inequality: Evidence from Brazil, India, the Middle East, and South Africa. **AEA Papers and Proceedings**, [S.l.], v. 108, p. 119–123, 2018. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/pandp.20181076>. Acesso em: 12 mai. 2022.
- BELLÚ, Lorenzo Giovanni; LIBERATI, Paolo. **Policy Impacts on Inequality**. Inequality and Axioms for its Measurement. [S. l.]: EASYPol, 2006. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-am340e.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2022.
- BELSER, Patrick; RANI, Uma. Extending the Coverage of Minimum Wages in India: Simulations from Household Data. **Economic and Political Weekly**, v. 46, n. 22, p. 47-55, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23018591>. Acesso em: 26 jul. 2022.
- BLANCHET, Thomas *et al.* **Distributional National Accounts (DINA) Guidelines 2020: Methods and concepts used in the World Inequality Database**. 2021. Disponível em: <https://wid.world/document/distributional-national-accounts-guidelines-2020-concepts-and-methods-used-in-the-world-inequality-database/>. Acesso em: 7 abr. 2022.
- BLANCHET, Thomas; FLORES, Ignacio; MORGAN, Marc. The Weight of the Rich: Improving Surveys Using Tax Data. **WID.world Working Paper Series n° 2018/12**, Paris: World Inequality Lab, out. 2019. Disponível em: <https://wid.world/document/the-weight-of-the-rich-improving-surveys-using-tax-data-wid-world-working-paper-2018-12/>. Acesso em: 26 ago. 2022.
- CHANCEL, Lucas *et al.* **World Inequality Report 2018**. Paris: World Inequality Lab, 2017. Disponível em: <https://wir2018.wid.world/>. Acesso em: 7 abr. 2022.
- CHANCEL, Lucas *et al.* **World Inequality Report 2022**. Paris: World Inequality Lab, 2021. Disponível em: <https://wir2022.wid.world/>. Acesso em: 7 abr. 2022.

CHANCEL, Lucas; PIKETTY, Thomas. Global Income Inequality 1820-2020: The Persistence and Mutation of Extreme Inequality. **WID.world Working Paper n° 2021/19**, Paris: World Inequality Lab, 2021. Disponível em: <https://wid.world/document/longrunpaper/>. Acesso em: 12 mai. 2022.

CHANCEL, Lucas; PIKETTY, Thomas. Indian income inequality (1922-2014): From British Raj to Billionaire Raj? **WID.world Working Paper Series n° 2017/11**, Paris: World Inequality Lab, 2017. Disponível em: <https://wid.world/document/chancelpiketty2017widworld/>. Acesso em: 7 abr. 2022.

CLEMENS, Michael Andrew; MONTENEGRO, Claudio; PRITCHETT, Lant. The Place Premium: Bounding the Price Equivalent of Migration Barriers. **The Review of Economics and Statistics**, [S.l.], v. 101, n. 2, p. 201–213, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/anael/Downloads/The-place-premium.pdf>. Acesso em: 22 set.2022.

DE MAIO, Fernando. Income inequality measures. **Journal of Epidemiology & Community Health**, [S.l.], v. 61, n. 10, p. 849–852, 2007. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17873219/>. Acesso em: 7 abr. 2022.

ESPÍRITO SANTO. Corregedoria Geral de Justiça. Atualização Monetária. Salário Mínimo. **Relatórios Arrecadação: listar Salário Mínimo. Poder Judiciário, Espírito Santo, 2022.** Disponível em: <http://aplicativos.tjes.jus.br/corregedoria/RelatoriosArrecadacao/ListarSalarioMinimo.aspx>. Acesso em: 22 set. 2022.

EUROSTAT. **Ec.europa.eu**, 2022. Monthly minimum wages - bi-annual data. Disponível em: [https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/EARN\\_MW\\_CUR\\_custom\\_3155116/default/table?lang=en](https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/EARN_MW_CUR_custom_3155116/default/table?lang=en). Acesso em: 22 set. 2022.

EXPATICA SOUTH AFRICA. **Expatica.com**, 2022. Minimum wage in South Africa: how much should you earn? 2020-2022. Disponível em: <https://www.expatica.com/za/working/employment-law/minimum-wage-in-south-africa-982321/>. Acesso em: 22 set. 2022.

HOUSEHOLD. In: GLOSSARY of Statistical Terms. [S. l.]: OECD, 2002. Disponível em: <https://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=1255>. Acesso em: 22 set. 2022.

INDIA BRIEFING. **A Guide to Minimum Wage in India in 2021**. 2022. Disponível em: <https://www.india-briefing.com/news/guide-minimum-wage-india-2021-19406.html/>. Acesso em: 22 set. 2022.

INDIA. Chief Labour Commissioner (Central). 2022. Disponível em: <https://clc.gov.in/clc/node/572>. Acesso em: 22 set. 2022.

INDIA. Planning Commission. **Development Report**, [S. d.]. Wages and Prices. Disponível em: [https://niti.gov.in/planningcommission.gov.in/docs/plans/stateplan/sdr\\_hp/sdr\\_hpch22.pdf](https://niti.gov.in/planningcommission.gov.in/docs/plans/stateplan/sdr_hp/sdr_hpch22.pdf). Acesso em: 22 set. 2022.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **ILOSTAT explorer**. 1996-2020. Disponível em:



[https://www.ilo.org/shinyapps/bulkexplorer18/?lang=en&segment=indicator&id=EAR\\_4MMN\\_CUR\\_NB\\_A&ref\\_area=BRA](https://www.ilo.org/shinyapps/bulkexplorer18/?lang=en&segment=indicator&id=EAR_4MMN_CUR_NB_A&ref_area=BRA). Acesso em: 22 set. 2022.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. India Wage Report: Wage policies for decent work and inclusive growth. Geneva, 2018. 140 p. Disponível em:

[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---asia/---ro-bangkok/---sro-new\\_delhi/documents/publication/wcms\\_638305.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---asia/---ro-bangkok/---sro-new_delhi/documents/publication/wcms_638305.pdf). Acesso em: 26 jul. 2022.

KANCHARLA, Bharath. Explainer: The Complexity around Minimum Wage rates. Factly, 2020. Disponível em: <https://factly.in/explainer-the-complexity-around-minimum-wage-rates/#:~:text=As%20per%20the%20new%20Minimum,365%20and%20%E2%82%B9%20362%20respectively>. Acesso em: 22 set. 2022.

LAKNER, Christoph; MILANOVIC, Branko. Global Income Distribution: From the Fall of the Berlin Wall to the Great Recession. **The World Bank Economic Review**, Washington, DC, v. 30, n. 2, p. 203–232, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/wber/lhv039>. Acesso em: 13 abr. 2022.

LIST of countries by average wage. In: WIKIPÉDIA. [S. l], 2022. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/List\\_of\\_countries\\_by\\_average\\_wage](https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_countries_by_average_wage). Acesso em: 22 set. 2022.

LUSTIG, Nora. The “Missing Rich” in Household Surveys: Causes and Correction Approaches. New Orleans, LA: CEQ Working Paper 75, nov. 2019. Disponível em: <http://repec.tulane.edu/RePEc/ceq/ceq75.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2022.

MÉXICO. Comisión Nacional de los Salário Mínimos. **Tabla de Salarios Mínimos Generales y Profesionales por Áreas Geográficas**. Información disponible desde 1992 a 2022. 2021. Disponível em: <https://www.gob.mx/conasami/documentos/tabla-de-salarios-minimos-generales-y-profesionales-por-areas-geograficas>. Acesso em: 22 set. 2022.

MÉXICO. Secretaría de Economía. **Zona libre de la frontera norte**, 2022. Disponível em: <https://www.gob.mx/zonalibredelafronteranorte>. Acesso em: 22 set. 2022.

MEXPERIENCE. **Mexico’s Minimum Wage Increased by 23% for 2022**. 2022. Disponível em: <https://www.mexperience.com/mexicos-minimum-wage-in-2022/>. Acesso em: 22 set. 2022.

MILANOVIC, Branko. Global Income Inequality in Numbers: in History and Now. **Global Policy**. Washington, DC, v. 4, n. 2, p. 198–208, maio 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/12117>. Acesso em: 12 mai. 2022.

MILANOVIC, Branko. Global Inequality: From Class to Location, from Proletarians to Migrants: Global Inequality. **Global Policy**. Washington, DC, v. 3, n. 2, p. 125–134, maio 2012. Disponível em:

<https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.691.4606&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

MORGAN, Marc. Extreme and Persistent Inequality: New Evidence for Brazil Combining National Accounts, Surveys and Fiscal Data, 2001-2015. **WID.world Working paper n° 2017/12**, Paris: World Inequality Lab, 2017. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-02794605/document>. Acesso em: 22 set. 2022.

NEEF, Theresa; ROBILLIARD, Anne-Sophie. Half the Sky? The Female Labor Income Share in a Global Perspective. **WID.world Working Paper n° 2021/22**, Paris: World Inequality Lab, 2021 Disponível em: <http://wordpress.wid.world/document/half-the-sky-the-female-labor-income-share-in-a-global-perspective-world-inequality-lab-working-paper-2021-22/>. Acesso em: 26 ago. 2022.

ONU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2020**. A próxima fronteira. O desenvolvimento humano e o Antropoceno. Nova York, NY: 1UN Plaza, 2020. 412 p. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2020ptpdf.pdf> Acesso em: 27 jul. 2022.

PIKETTY, Thomas. Putting Distribution Back at the Center of Economics: Reflections on Capital in the Twenty-First Century. **Journal of Economic Perspectives**, v. 29, n. 1, p. 67–88, 2015. Disponível em: <https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.29.1.67>. Acesso em: 22 set. 2022.

RENDA média do trabalho no 4º tri é a mais baixa da série histórica, diz IBGE. **ISTOÉ Dinheiro**, 2022. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/renda-media-do-trabalho-no-4o-tri-e-a-mais-baixa-da-serie-historica-diz-ibge/>. Acesso em: 22 set. 2022.

STOTZ, Jon. **Avarege and Minimum Salary in Stockholm, Sweden**. Check In Price, 2022. Disponível em: <https://checkinprice.com/average-and-minimum-salary-in-stockholm-sweden/#:~:text=Just%20like%20some%20other%20highly,roughly%2014%20USD%20per%20hour>. Acesso em: 22 set. 2022.

THE WORLD BANK GROUP. **The World Bank**, 2022. Adjusted net national income (current US\$). 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.ADJ.NNTY.CD>. Acesso em: 22 set. 2022.

THE WORLD BANK GROUP. **The World Bank**, 2022a. Population, total. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/SP.POP.TOTL?end=2021&start=1996>. Acesso em: 22 set. 2022.

THE WORLD BANK GROUP. **The World Bank**, 2022b. Labor force, female (% of total labor force) – Brazil. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/SL.TLF.TOTL.FE.ZS?end=2021&locations=BR&start=2000>. Acesso em 22 set. 2022.

THE WORLD BANK GROUP. **The World Bank**, 2022c. Labor force, female (% of total labor force) – India. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/SL.TLF.TOTL.FE.ZS?end=2021&locations=IN&start=2006>. Acesso em 22 set. 2022.

THE WORLD BANK GROUP. **The World Bank**, 2022d. Labor force, female (% of total labor force) – Mexico. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/SL.TLF.TOTL.FE.ZS?end=2021&locations=MX&start=2000>. Acesso em: 22 set. 2022.

THE WORLD BANK GROUP. **The World Bank**, 2022e. Labor force, female (% of total labor force) – South Africa. Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/SL.TLF.TOTL.FE.ZS?end=2021&locations=ZA&start=2000>. Acesso em: 22 set. 2022.

THE WORLD BANK GROUP. **The World Bank**, 2022f. Labor force, female (% of total labor force) – Türkiye. Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/SL.TLF.TOTL.FE.ZS?end=2021&locations=TR&start=2000>. Acesso em: 22 set. 2022.

THE WORLD BANK GROUP. **The World Bank**, 2022g. Labor force, female (% of total labor force) – United States. Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/SL.TLF.TOTL.FE.ZS?end=2021&locations=US&start=2000>. Acesso em: 22 set. 2022.

THE WORLD BANK GROUP. **The World Bank**, 2022h. Labor force, female (% of total labor force) – France. Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/SL.TLF.TOTL.FE.ZS?end=2021&locations=FR&start=2000>. Acesso em: 22 set. 2022.

THE WORLD BANK GROUP. **The World Bank**, 2022i. GDP per capita, PPP (current international \$). Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.PP.CD>. Acesso em: 22 set. 2022.

TRADING ECONOMICS. **Minimum Wages in India remained unchanged at 178 INR/Day in 2022 from 178 INR/Day in 2021**. 2022. Disponível em:

<https://tradingeconomics.com/india/minimum-wages#:~:text=Minimum%20Wages%20in%20India%20averaged,35%20INR%2FDay%20in%201997>. Acesso em: 22 set. 2022.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT. **Human Development Report 2010**, 2010. Disponível em:

[https://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/HDR/HDR\\_2010\\_EN\\_Complete\\_reprint-1.pdf](https://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/HDR/HDR_2010_EN_Complete_reprint-1.pdf). Acesso em 22 set. 2022.

WAGEINDICATOR. **Paycheck.in**, 2022. Minimum Wages in Delhi w.e.f August 2009. 2022.

Disponível em: <https://paycheck.in/salary/minimumwages/delhi/minimum-wages-in-delhi>. Acesso em: 22 set. 2022.

WAGEINDICATOR. **WageIndicator.org**, 2022. Minimum Wages per Country. Disponível em:

<https://wageindicator.org/salary/minimum-wage/minimum-wages-per-country>. Acesso em: 22 set. 2022.

WORLD INEQUALITY DATABASE. **WID.World**, 2022a. Top 10% national income share. Disponível em: <https://wid.world/world/>. Acesso em: 22 set. 2022.

WORLD INEQUALITY DATABASE. **WID.World**, 2022b. Brazil. Income inequality, Brazil, 2001-2021. Disponível em: <https://wid.world/country/brazil/>. Acesso em: 22 set. 2022.

WORLD INEQUALITY DATABASE. **WID.World**, 2022c. India. Income inequality, India, 1951-2019. Disponível em: <https://wid.world/country/india/>. Acesso em: 22 set. 2022.

WORLD INEQUALITY DATABASE. **WID.World**, 2022d. Mexico. Income inequality, Mexico, 1980-2021. Disponível em: <https://wid.world/country/mexico/>. Acesso em: 22 set. 2022.

WORLD INEQUALITY DATABASE. **WID.World**, 2022e. Average national income.

Disponível em:

[https://wid.world/world/#anninc\\_p0p100\\_z/ZA;BR/last/eu/k/p/yearly/a/false/4401.511/20000/cuve/false/country](https://wid.world/world/#anninc_p0p100_z/ZA;BR/last/eu/k/p/yearly/a/false/4401.511/20000/cuve/false/country). Acesso em: 22 set. 2022.

WORLD INEQUALITY DATABASE. **WID.World**, 2022f. Income inequality, South Africa, 1914-2012. Disponível em: <https://wid.world/country/south-africa/>. Acesso em: 22 set. 2022.

WORLD INEQUALITY DATABASE. **WID.World**, 2022g. Income inequality, Turkey, 1980-2021. Disponível em: <https://wid.world/country/turkey/>. Acesso em: 22 set. 2022.

WORLD INEQUALITY DATABASE. **WID.World**, 2022h. Top10/Bottom50 ratio of national income. Disponível em:

[https://wid.world/world/#rptinc\\_p0p100\\_992\\_j/TR;QE;XM/last/eu/k/p/yearly/r/false/4.493/75/cuve/false/country](https://wid.world/world/#rptinc_p0p100_992_j/TR;QE;XM/last/eu/k/p/yearly/r/false/4.493/75/cuve/false/country). Acesso em: 22 set. 2022.

WORLD INEQUALITY DATABASE. **WID.World**, 2022i. Income inequality, US, 1913-2021.

Disponível em: <https://wid.world/country/usa/>. Acesso em: 22 set. 2022.

WORLD INEQUALITY DATABASE. **WID.World**, 2022j. Income inequality, France, 1900-

2021. Disponível em: <https://wid.world/country/france/>. Acesso em: 22 set. 2022.